



**UFRRJ**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,  
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**O DEVIR NEGRO COMO POSSIBILIDADE DE (RE)INVENTAR O MUNDO  
SEM RACISMO: LETRAMENTOS QUE ABALAM CERTEZAS E AMPLIAM  
SENTIDOS**

**MARIA JOSÉ PIRES SIMÃO**

*Sob a Orientação da Professora*  
**Adriana Lopes de Carvalho**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ  
Dezembro de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S588d      Simão, Maria José Pires , 1971-  
              O devir negro como possibilidade de (re)inventar o  
              mundo sem Racismo: Letramentos que abalam certezas e  
              ampliam sentidos / Maria José Pires Simão. -  
              Seropédica; Nova Iguaçu, 2023.  
              96 f.: il.

              Orientadora: Adriana Lopes de Carvalho.  
              Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
              do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em  
              Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas  
              Populares, 2023.

              1. EDUCAÇÃO PÚBLICA . 2. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS. 3.  
              LETRAMENTOS DO DEVIR. I. Carvalho, Adriana Lopes de ,  
              1973-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio  
              de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Educação,  
              Contextos Contemporâneos e Demandas Populares III.  
              Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS  
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES



TERMO Nº 210 / 2024 - PPGEUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.017081/2024-95

Seropédica-RJ, 01 de abril de 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS  
POPULARES

MARIA JOSÉ PIRES SIMÃO

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestra**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 05/12/2023

Membros da banca:

ADRIANA CARVALHO LOPES. Dra. UFRRJ (Orientadora/Presidente da Banca).

CARLOS ROBERTO DE CARVALHO. Dr. UFRRJ (Examinador Interno).

ELBERT DE OLIVEIRA AGOSTINHO. Dr. (Examinador Externo à Instituição).

BRUNO COUTINHO DE OLIVEIRA. Dr. UFRRJ (Examinador Externo à Instituição).

(Assinado digitalmente em 01/04/2024 14:45 )  
ADRIANA CARVALHO LOPES  
PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR  
Depoite (12.28.01.00.00.00)  
Matrícula: 1285421

(Assinado digitalmente em 17/04/2024 09:45 )  
CARLOS ROBERTO DE CARVALHO  
PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR  
Depoite (12.28.01.00.00.00)  
Matrícula: 1607701

(Assinado digitalmente em 08/04/2024 11:12 )  
BRUNO COUTINHO DE SOUZA OLIVEIRA  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 078.570.087-02

(Assinado digitalmente em 07/04/2024 18:33 )  
ELBERT DE OLIVEIRA AGOSTINHO  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 116.035.087-02

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp>  
informando seu número: **210**, ano: **2024**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **01/04/2024** e o  
código de verificação: **09583c4e96**

## **DEDICATÓRIA**

Essa dissertação é dedicada a duas pessoas iluminadas que transbordam amor. A minha mãe que não está mais nesse plano terrestre, mas que assiste e vibra com minhas vitórias, e a meu irmão, Mário, que não largou a minha mão. Como é grande o meu amor por vocês.

## **AGRADECIMENTOS**

A fé de Exú.

A coragem de Ogum.

A prosperidade de Oxóssi.

A sabedoria de Omulú.

A alegria dos erês.

A confiança e a força de Xangô.

A revelação e o amor de Oxum.

A esperança de Nanã Buruquê.

A garra de Oyá.

A cura de Ossain.

O brilho de Logun Edé.

A luz de Oxumaré.

A serenidade de Yemanjá.

A paz de Oxalá.

Minha gratidão a linda e potente rede de afeto que não me deixou desistir e que me incentivou com músicas, áudios, vídeos e puxões de orelha. Rede composta por pessoas que iluminam e dão razão a minha vida. Pessoas de antes, durante e depois do mestrado, que me enxergam como eu sou. Sou muito feliz por ter vocês como companheiros de jornada. Que possamos celebrar a vida juntas. Axé!

## RESUMO

SIMÃO, Maria José Pires. **O devir negro como possibilidade de (re)inventar o mundo sem Racismo: Letramentos que abalam certezas e ampliam sentidos.** 2023. 96p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

Tendo em vista que o Racismo é uma construção social branca fundada na ideia de raça criada para segregar, hierarquizar e dominar, essa pesquisa está ancorada na análise de narrativas na perspectiva socioconstrucionista de Moita Lopes (2003) dialogando com os conceitos de discurso como prática social (Blommaert, 2005). Investigo como cinco professoras do Ensino Médio de uma unidade escolar do município de São Gonçalo, região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, pensam suas práticas de letramentos, quais os enfrentamentos cotidianos, as estratégias dessas professoras e a importância do letramento racial (Pinheiro, 2023), entendendo que o racismo precisa ser combatido, principalmente dentro do espaço escolar. Pensar em letramentos como ferramenta para reinventar o mundo a partir de África, tecendo redes de conhecimento que colaborem para a desconstrução de narrativas eurocêntricas, que possibilitem pertencer, habitar e criar um mundo para além da ideia de raça, respeito ao diferente e a pluralidade que Mbembe apresenta em Crítica da Razão Negra (Mbembe, 2022). Pensar práticas e metodologias que transformem, transbordem e promovam o pensamento crítico e a abertura de mundo. A pesquisa demonstra a necessidade de sair da zona do não ser e a importância que o giro epistêmico necessário, requer das professoras formação constante, diálogo entre os pares, escolas estruturadas e práticas pedagógicas alinhadas com a noção de humanidade que absorve o diverso.

**Palavras-chave:** Educação pública. Práticas Pedagógicas. Letramentos do devir. Narrativas. Lei n.º 10.639/03.

## ABSTRACT

SIMÃO, Maria José Pires. **The black becoming as a possibility of (re)inventing the world without racism: Literacies that shake certainties and expand meanings.** 2023. 96p. Dissertation (Master in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

Considering that Racism is a white social construction founded on the idea of race created to segregate, hierarchize and dominate, this research is anchored in the analysis of Narratives from the socio-constructionist perspective of Moita Lopes (2003), dialoguing with the concepts of discourse as a social practice (Blommaert, 2005). Investigating how five high school teachers from a school unit in the city of São Gonçalo, metropolitan region of the State of Rio de Janeiro, think about their Literacy practices, what their daily confrontations are, the strategies of these teachers and the importance of Racial Literacy (Pinheiro, 2023), understanding that Racism needs to be combated, including within the school space. Thinking about Literacies as a tool to reinvent the world from Africa, weaving networks of knowledge that contribute to the deconstruction of Eurocentric Narratives and that reinforce the idea of resistance and black power, pointing out paths to the black becoming of the world that Mbembe presents in *Critique of Razão Negra* (Mbembe, 2022). Think about practices and methodologies that transform, overflow and promote critical thinking. The research demonstrates that the necessary epistemic turn requires constant training from teachers, dialogue between peers, structured schools and pedagogical practices approved with the dark becoming of the world.

**Keywords:** Public education. Pedagogical practices. Literacies of becoming. Narratives. Law N°. 10,639/03.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>CAPÍTULO 1. LEVANTAMENTO DE ARTIGOS.....</b>	<b>20</b>
<b>CAPÍTULO 2. OS LETRAMENTOS .....</b>	<b>28</b>
<b>2.1 Os letramentos como práticas sociais .....</b>	<b>28</b>
<b>2.2 A importância do letramento racial .....</b>	<b>31</b>
<b>CAPÍTULO 3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>46</b>
<b>CAPÍTULO 4. METODOLOGIA .....</b>	<b>47</b>
<b>4.1 As professoras .....</b>	<b>47</b>
<b>4.2 Os prints do vídeo .....</b>	<b>49</b>
<b>4.3 Análise das narrativas das professoras .....</b>	<b>52</b>
4.3.1 <u>Nesta seção, trago a sequência de falas das professoras com relação à questão sobre quais as impressões do vídeo?</u> .....	53
4.3.2 <u>Nessa seção, trago a sequência das professoras com relação à temática apresentada no vídeo poder ser discutida em sala de aula e que estratégias cada uma utilizaria</u> .....	57
4.3.3 <u>Nessa seção, apresento a sequência das narrativas das professoras sobre a possibilidade de pensar práticas de letramentos a partir do vídeo</u> .....	63
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>70</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>77</b>
<b>ANEXOS</b>	
<b>ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE): Professores .....</b>	<b>82</b>
<b>ANEXO B – Termo de Autorização .....</b>	<b>84</b>
<b>ANEXO C – Carta-convite .....</b>	<b>85</b>
<b>ANEXO D – Vídeo problematizador: Deputado Renato Freitas é retirado de avião e revistado, e acusa a Polícia Federal de Racismo .....</b>	<b>86</b>
<b>ANEXO E - As transcrições .....</b>	<b>87</b>



## INTRODUÇÃO

Tem tentáculo pra preta de roupa mais cara  
Tem o que ataca o crespo e a pele retinta dela  
Tem um tentáculo que enrosca o corpo todo da negra  
De pele clara e atravessa o peito grande dela.  
Genocídio tem um tentáculo pra negra idosa  
Atravessada pela ideia de que aguenta tudo  
Tem um tentáculo pro preto que é porteiro e segurança  
Que por ter que trabalhar desde cedo não teve estudo  
Tem um tentáculo pro preto que ama estudar  
Mas não performa sua revolta “então parece afeminado”  
E tem pra aquele que vivendo intensamente a sua revolta  
Já acorda e espera ser exterminado.  
Tem um tentáculo pra preta que faz a sua faxina  
E tem pra aquela que já está fazendo o seu mestrado  
Essa metáfora do monstro nos ensina que não tem escapatória  
Pro racismo que é tão bem estruturado.  
*Luciene Nascimento*

Essa dissertação é o resultado de reflexões sobre como o racismo se reinventa em nossa sociedade e contribui para a permanência das desigualdades sociais. Sou uma educadora da Educação Básica, em construção, que inspirada no poder das efabulações e no devir-negro de Mbembe, acredita na urgência de uma perspectiva epistemológica outra para orientar as ações pedagógicas nas escolas. Discutir o racismo sendo eu uma mulher branca, provocou meu entendimento e deslocamento do lugar que a branquitude<sup>1</sup> (Bento, 2022) – entendido como sistema – me coloca, me permitindo conhecer outras epistemologias, entender outros contextos e ao fazer isso, eu me dispo, me revelo e percebo que apesar de trabalhar com perspectivas antirracistas, os questionamentos surgem e causam um desconforto. Ainda na discussão sobre branquitude, tive a oportunidade de ler a tese de Matute (2020) que trouxe contribuições importantes para essa dissertação por discutir, em sua tese, as diferentes opressões sofridas, dentre elas o racismo, por mulheres afro-peruanas relacionadas às questões de raça e gênero. Embora sua tese verse sobre as mulheres negras no Congresso, a autora discute como esses corpos não são pensados, inclusive por seus pares, como corpos que podem ocupar todos os

---

<sup>1</sup> Cida Bento define como pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios. É claro que elas competem entre si, mas é uma competição entre segmentos que se consideram ‘iguais’ (Bento, 2022, p. 18).

espaços. Para Matute “as mulheres negras peruanas permanecem ausentes mesmo quando elas estão presentes.” (2020, p. 114). As desigualdades sociais, o machismo, o patriarcado, o eurocentrismo peruano também estão presentes no Brasil. Se no Peru “a branquitude ainda está no topo da hierarquia social e racial” (2020, p.115), percebo afinidades e proximidades com nossa realidade. Avançando na leitura da tese, Matute só reforçou a importância de acabar com as desigualdades sociais provocadas pelo racismo seja em que contexto for.

Ao longo dos 20 anos de profissão, muitas foram as experiências/enfrentamentos tendo o racismo - ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suporte das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas que se situam numa escala de valores desiguais [...] O racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos (Munanga, 2016, p. 24) – que se reinventa diariamente - é estar preparado para os atravessamentos que ele provoca.

Essa dissertação foi um desafio para essa pesquisadora porque na busca por outros referenciais, tive acesso a textos que faziam críticas ao eurocentrismo e sua narrativa colonial que não valorizam outras epistemes. Não havia pensado criticamente sobre isso até porque minha geração foi forjada nos grandes feitos europeus - reconheço a importância das contribuições dos pensadores europeus e faço o exercício de negar o eurocentrismo. Compreender que existem outras formas de produção de saberes foi mister para compreender como raça e racismo estruturam nossa sociedade e como contribuem para as desigualdades sociais e subalternização de alguns grupos.

Nesse sentido, busquei nos textos de Aníbal Quijano, Walter Dignolo, Ramón Grosfoguel, Nelson Maldonado-Torres, Edgardo Lander construir um arcabouço teórico que pudesse ajudar a compreender e refletir sobre o mundo contemporâneo na perspectiva negra apresentada por Mbembe (2022) em a Crítica da Razão Negra, livro que discute as (im)possibilidades de efabular, o devir-negro e aponta para a necessidade de desconstruir a visão do negro tão sedimentada no sistema colonial e escravista. A partir das leituras, passei a ter um cuidado maior com o que eu falo, de quem eu falo e de onde eu falo porque o legado do colonialismo ainda se faz presente em nossa sociedade, assim como a resistência e a luta de grupos marginalizados contra essa realidade.

Talvez por ser professora de Língua Portuguesa e Literatura estar nesse movimento de reconhecer, tomar consciência da necessidade de tirar a centralidade das produções canônicas, e por entender que a Literatura amplia o olhar e é necessária para compreender o mundo, tenha escolhido o poema *Lucidez* por ter relação direta com a temática desta dissertação. Discutir as questões raciais com estudantes do Ensino Médio, estimulá-los a pensar para além do que está escrito. Se fossem pensar, unicamente, no significado da palavra *lucidez*, diriam que é o estado da pessoa que compreende bem, que expressa suas ideias com clareza; que há excesso de luz; atributo daquilo que é inteligível. Mas, a intenção do poema não é essa. E nem a minha.

Ao avançar a leitura do poema, a palavra *tentáculo* aparece e vem compondo o poema com uma sutileza incrível. Ela me fez pensar num polvo gigante (o racismo) e como os tentáculos (as reinvenções do racismo) atuam na sociedade. E foi por esse caminho que iniciei a aula de Literatura com a turma do 1º ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Santos Dias (CESD), e os estudantes entenderam a proposta da discussão. Quem são atingidos pelos tentáculos do racismo? Que estratégias utilizar para combater esse polvo que se apresenta diariamente?

Entendo que apesar dos dispositivos legais existentes (a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), a Lei n.º 10.639/03 (Brasil, 2003) e a Lei n.º 11.645/08 (Brasil, 2008)), o racismo ainda precisa ser combatido diariamente. É verdade que demos passos importantes, mas ainda assim observo as infinitas notícias sobre o racismo invadirem as redes sociais e as salas de aula. Enquanto educadora, observo o trabalho exaustivo de alguns colegas em discutirem com seus pares e estudantes esse tema e outros também relevantes e que são esquecidos e apagados dos currículos. Pensar ações pedagógicas como letramentos antirracistas é urgente. Potências como Conceição Evaristo, Jarrid Arraes, Geni Guimarães, Rute Guimarães, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Otávio Jr., Cuti, Sérgio Vaz<sup>2</sup> e tantos outros que precisam ser apresentados e discutidos em sala de aula. Potências que sustentam práticas, ampliam o olhar e que ressignificam as experiências de indivíduos negros.

Discutir as questões raciais no Brasil, requer entender os conceitos de *raça* – “ não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito, aliás, cientificamente inoperante, para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estanques. Ou seja,

---

<sup>2</sup> Em 04 de outubro de 2021, a juíza Karla Aveline de Oliveira, que atua na 4ª Vara do Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre (RS), citou em sentença a poesia *A vida é Loka*.

biologicamente e cientificamente, as raças não existem” (Munanga, 2016, p. 21) - racismo e democracia racial – [...] erigiu-se no Brasil o conceito de democracia racial; segundo esta, pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência. [...] A existência dessa pretendida igualdade racial constitui o ‘maior motivo de orgulho nacional’ [...] No entanto, devemos compreender democracia racial como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país” (Nascimento, 2016, p. 41-92) a partir dos Movimentos Negros que redefinem a questão racial e social na sociedade brasileira.

Em outras palavras, raça não como conceito biológico no contexto de dominação, mas com atribuição política reconhecendo as dimensões histórica e cultural (Munanga, 2016); racismo como uma ação resultante do pensamento de que existem raças superiores e inferiores e democracia racial construída a partir da ideia de harmonia racial entre negros e brancos (Nascimento, 2016). Ainda encontramos esses conceitos cristalizados nos discursos atuais, principalmente nas redes sociais.

Essa dissertação investiga práticas de Letramentos em uma unidade escolar da rede pública do município de São Gonçalo que atende, em sua maioria, estudantes provenientes das favelas Complexo da Coruja, Zumbi, Feijão, Martins, dentre outras. Neste sentido, é indispensável discutir a relação entre juventude, território e cultura levando em consideração a pluralidade de existências na cidade; discutir as relações estabelecidas entre os territórios populares e seus moradores e pensar práticas de letramentos de jovens periféricos que atravessam suas variadas formas de existência, repertórios e sua linguagem que, normalmente, são classificados como incorretas.

A unidade de educação básica pesquisada oferece o Ensino Fundamental e Ensino Médio na segunda maior cidade em quantidade de habitantes do Estado do Rio de Janeiro, mas o recorte desta pesquisa está no Ensino Médio. Está localizada num bairro que fica próximo a Niterói, portanto, recebe estudantes dos dois municípios. Cabe destacar, que a unidade escolar está situada em Neves, 4º Distrito de São Gonçalo, segundo o Mapa da pobreza e desigualdade – municípios brasileiros (BGE), a incidência de pobreza no município é de 39,86%, sendo o rendimento nominal mensal per capita de 34,5% da população de São Gonçalo restrito a até 1/2 salário-mínimo.

No capítulo 1, apresento um levantamento de artigos a partir da análise realizada em quatro revistas científicas *Qualis A*, entre 2016 e 2021, sobre as questões raciais na educação. Para refinar a pesquisa, utilizei como palavras-chave: Lei n.º 10.639/03 (Brasil, 2003); Currículo; Formação docente; Relações étnico-raciais; Letramento. As revistas pesquisadas foram: *Educar em Revista*, *Educação em Revista*, *Educação e Realidade* e *Currículo Sem-fronteiras*. Apesar da Lei n.º 10.639/03 (Brasil, 2003) e da Lei n.º 11.645/08 (Brasil, 2008), observo a ausência de Narrativas sobre práticas de Letramentos Afroindígenas nessas publicações, o que reforça o silenciamento e subjogação que historicamente marcaram o campo das relações étnico raciais. Reconheço que em inúmeras experiências pelo país, a atuação de docentes, mesmo que isoladas, sem suporte de material didático e paradidático ou de gestão pedagógica, tem sido uma barreira imposta ao tratar de narrativas literárias dos grupos silenciados há tempos.

Esse levantamento mostra que apesar da temática ser relevante, os estudos no campo das relações raciais avançam, mas num ritmo mais lento, principalmente, no contexto educacional. Como pensar uma educação que tem a ausência e representação negra (seja nos Livros Didáticos ou outros materiais) apresentada de maneira negativa? O desafio está em romper com essa tentativa de silenciamento apontada na revisão, incentivando e valorizando às produções de intelectuais negros e refletindo com os professores a importância de mudar o olhar centrado na epistemologia<sup>3</sup> canônica, para epistemologias outras.

Das publicações encontradas, divididas entre artigos, resenhas, entrevistas, traduções e documentos entre os anos de 2016 e 2021, dos 1.651 textos, apenas 124 abordaram não só a questão étnico-racial, mas os variados temas relacionados à educação. Vale enfatizar que o Portal Geledês em novembro de 2023, em seu curso multimídia, apresentou o resultado da pesquisa sobre “Qual é o topo para a população negra?”. Dentre tantas informações impactantes, compartilho experiências de jovens negros que subvertem a lógica racista da nossa sociedade. Fechando o capítulo, uma publicação no instagram, que reforça a importância da representatividade e de ocupar espaços de destaque.

No capítulo 2, apresento os letramentos na perspectiva de Rojo (2009, p. 98) como “práticas sociais de linguagem que envolvem a escrita de uma ou de outra maneira, sejam

---

<sup>3</sup> É uma área da filosofia que se dedica à compreensão dos processos de produção de conhecimento (Pinheiro, 2023, p. 29).

eles valorizados ou não valorizados, locais ou globais”. Nossas práticas de linguagem cotidianas são carregadas de subjetividades, experiências linguísticas, sociais, culturais, estéticas e religiosas que privilegiam as pessoas brancas, tidas como universais, válidas e inferiorizam as experiências de populações negras e indígenas. As práticas de letramentos buscam colaborar com a luta antirracista a partir de diferentes ferramentas pedagógicas. Têm como finalidade ajudar a perceber como raça e racismo estão presentes no nosso cotidiano.

Os letramentos são recursos para perceber, analisar e contestar os racismos e, por isso, estão comprometidos com os princípios democráticos, com a igualdade racial e com uma educação linguística comprometida com a criticidade. A mobilização é de todos os envolvidos no contexto escolar porque o racismo está estruturado na sociedade e precisa ser combatido. Assim sendo, os letramentos contribuem para o conhecimento teórico sobre a história do Brasil que foi ocultada.

Ainda nesse capítulo, apresento o conceito de Letramento Racial<sup>4</sup> (Pinheiro, 2023), pois a partir dele podemos pensar uma escola capaz de combater o Racismo e promover práticas pedagógicas que corroborem para a igualdade racial, discutam estratégias para enfrentar o racismo. A Lei n.º 10.639/03 (Brasil, 2003) e a Lei n.º 11.645/08 (Brasil, 2008) reposicionam o negro e o indígena no mundo da educação, o que implica rever conteúdos, práticas, materiais pedagógicos, conceitos e paradigmas. Transformar a forma como as escolas executam as relações raciais em seu cotidiano. Transversalizar a discussão; interferir nos saberes que interferem decisivamente na formação das personalidades; visões de mundo e códigos comportamentais. Como o indivíduo se vê e vê o mundo.

[...] as Narrativas contidas no currículo trazem embutidas noções sobre quais grupos sociais podem representar a si e aos outros e quais grupos sociais podem apenas ser representados ou até mesmo serem totalmente excluídos de qualquer representação. Elas, além disso, representam os diferentes grupos sociais de forma diferente: enquanto as formas de vida e a cultura de alguns grupos são valorizadas e instituídas como cânone, as de outros são desvalorizadas e proscritas. Assim, as Narrativas do currículo contam histórias que fixam noções particulares de gênero, raça, classe – noções que acabam também nos fixando em posições muito particulares ao longo desses eixos (de autoridade) (Silva, 1995, p. 195).

---

<sup>4</sup> Conceito apresentado pela Professora Doutora Bárbara Carine Soares Pinheiro no Curso Letramento Racial (2023). “É compreender os signos sociais que são gerados a partir dos dispositivos da hierarquização das raças. Não existe possibilidade de olhar o mundo sem letramento racial porque isso seria ignorar o mundo, ignorar o outro, ignorar as relações que somos submetidos (profissional, acadêmico, fraternal) que são atravessadas pelo letramento racial. Ler a sociedade e ir além. O que pode ser feito a partir do letramento racial? A sensibilização das pessoas brancas não é suficiente, mas o agir é um caminho”.

Como já mencionado, é necessário rever o currículo, práticas e ações pedagógicas para que outras narrativas possam ser contadas. Acredito que os letramentos são ferramentas que ajudam a pensar como a ideia do negro foi construída a partir do olhar do colonizador e como o colonizado se enxerga nessa relação antagônica. Os letramentos denunciam o colonialismo, que está vinculado ao racismo, e suas consequências na construção de identidades em devir, isto é, identidades que estão a caminho, em construção, inacabadas. Para Mbembe (2022), o devir-negro é pensar o mundo para além da raça. Seu projeto utópico e emancipatório está relacionado ao debate sobre a diferença no que ele chama de abertura de mundo. Estar no mundo, criar o mundo, habitar o mundo superando essa ideia de raça. É possível para o negro efabular numa sociedade racista como a nossa? É possível construir políticas públicas de reparação, restituição e justiça para o negro?

No capítulo 3, apresento a fundamentação teórica com os conceitos cunhados por Mbembe (2021), Necropolítica e o devir-negro do mundo. Pensamos a educação numa perspectiva que resgate e valorize a memória e a história do negro (recorte dessa pesquisa) é imprescindível porque, sistematicamente, vem sendo apagada. Sendo assim, é possível o negro efabular um futuro? E qual seria o caráter desse futuro? Pensar letramentos a partir de África como agenda política mundial, reinventando o mundo com as experiências desse continente, é um caminho possível e esperado. Entretanto, precisamos nos apropriar de conceitos, desconstruir paradigmas e ter como objetivo a constante formação para que não caiamos nas armadilhas cotidianas do racismo.

Sendo um espaço de pesquisa, articulação de práticas e ações pedagógicas que reconhecem a interseccionalidade entre raça, gênero e classe social como caminho para a construção de uma educação numa perspectiva crítica e emancipatória dos sujeitos. A pesquisa não se limita a coletar dados, mas a entender quem são os sujeitos que dela participam, a estabelecer uma relação linear entre a pesquisadora e as professoras, entendendo que a escola é o espaço de múltiplas construções e interpretações do mundo.

No capítulo 4, trago a análise das narrativas tal como é feita no campo da Linguística Aplicada Contemporânea (Cabral, Biar, 2015), dialogando com os conceitos de discurso como prática social (Blommaert, 2005). As narrativas aqui apresentadas são resultado de conversas realizadas com cinco professoras do componente curricular Língua Portuguesa e Literaturas da unidade escolar pesquisada. Essas ocorreram individualmente e seguiram um roteiro para facilitar a discussão sobre a temática. Todas as professoras receberam, por *whatsapp*, uma carta-convite com as orientações (ANEXO

C) e o *link* do vídeo para assistirem e responderem as perguntas sobre o mesmo (ANEXO D).

O vídeo retrata a abordagem feita ao deputado Renato Freitas, em maio 2023, no aeroporto de Foz do Iguaçu. Os funcionários da Polícia Federal foram acionados pelos Agentes de Proteção da Aviação Civil, no qual foram questionados quanto ao motivo da inspeção. A Polícia Federal informou que a escolha foi aleatória e que precisava inspecionar também a bagagem do deputado. É possível observar no vídeo que apenas o deputado foi ‘*escolhido*’ para a inspeção. Todos os passageiros aguardam a finalização e tecem comentários sobre o ocorrido.

Este vídeo foi postado nas redes sociais e, dentre tantos que, diariamente, são apresentados na grande mídia, este possibilita uma discussão mais profunda sobre as abordagens sofridas por um grupo específico. Na verdade, analisar como a linguagem pode impactar, sustentar um discurso cujos efeitos estejam relacionados às relações de poder estabelecidas entre as pessoas, grupos e sociedades. Para Blommaert (2005, p. 3), “o discurso é linguagem em ação e a sua investigação requer atenção tanto a linguagem quanto a ação”. De acordo com o autor:

O discurso compreende todas as formas de atividade humana semiótica significativa, vista em relação com padrões de desenvolvimento sociais, culturais e históricos de utilização. O discurso é um dos nomes possíveis que podemos dar, e eu sigo Michel Foucault nesse sentido. O que é tradicionalmente entendido como linguagem é apenas uma das suas manifestações; todos os tipos de ‘sinalização’ semiótica realizada por meio de objetos, atributos ou atividades podem e devem também ser incluídos, uma vez que constituem normalmente a parte de ‘ação’ da linguagem em ação. O que conta é a forma como esses instrumentos semióticos são efetivamente utilizados e como começam a tornar-se significativos no contexto mais vasto (Blommaert, 2005, p. 3).

O vídeo viralizou nas redes sociais e gerou comentários não só positivos, mas também negativos quanto à temática em questão, o racismo. Foi utilizado como ferramenta para investigar como as professoras compreendem a construção de significados e sentidos apresentadas no vídeo, provocar a reflexão sobre as dificuldades e enfrentamentos na escola e os entraves que enfrentam no diálogo com os estudantes que estão inseridos numa sociedade que tem o racismo como um elemento estruturante.

O discurso é importante para as pessoas? Sim, é importante, e a prova mais clara disso é o simples facto de o utilizarmos constantemente. Já foi dito vezes sem conta: o uso da linguagem e de outros símbolos com significado é



provavelmente o que nos distingue das outras espécies e o que explica as formas peculiares de viver em conjunto a que chamamos sociedade ou comunidade. Não existe um uso ‘não social’ do discurso, tal como não existe um uso ‘não cultural’ ou ‘não histórico’ do mesmo. O que nos preocupa aqui é a forma como o discurso pode tornar-se um local de diferenças sociais significativas, de conflito e de luta, e como isso resulta em todos os tipos de efeitos sócio-estruturais

(Blomaaert, 2005, p. 4)

Ao assistir ao vídeo com o parlamentar sofrendo racismo, podemos refletir como o passado escravocrata insiste em silenciar, apagar e impossibilitar a construção de políticas públicas que combatam, efetivamente, o racismo. Ainda hoje o discurso, utilizando da linguagem, reforça a ideia de não pertencimento de grupos marginalizados e que resistem para não serem apagados ou silenciados. Nossa sociedade é racializada e tenta retirar as pessoas negras do lugar de conhecimento, da intelectualidade e esvaziá-las da sua própria história, mantendo a ideia de raça pautada na

Colonialidade do Poder, construto central para a compreensão do lugar atribuído às populações colonizadas no sistema mundo moderno/colonial/capitalista emergente a partir do século XVI. De maneira geral, a racialização hierarquizada é constitutiva das relações de poder e dominação estabelecidas desde o início do colonialismo na América (Melo; Jesus, 2022, p. 36).

Nesses atravessamentos é possível ouvir a voz de quem tenta silenciar. E o que fazemos quando ouvimos essa voz que grita as desigualdades, as relações de poder e seus efeitos na sociedade, para se fazer entender e ter o direito de existir? E nós, professoras, como nos constituímos e reconhecemos a identidade do outro, dos nossos estudantes? Segui os passos de Moita Lopes (2002, p. 16-17) que nos alerta que “[...] nas práticas discursivas situadas na escola, aprendemos a nos constituir como seres sociais [...] estudantes em aulas de leitura, partindo, portanto, de uma relação intrínseca entre letramento e identidade social”.

Reconhecendo o poder da ‘*língua*’, pois “o que os opressores fazem com ela [língua], como eles a moldam para se tornar um território que limita e define, como eles fazem dela uma arma que pode envergonhar, humilhar, colonizar” (hooks, 2008, p. 858), a partir do vídeo assistido foi possível analisar a realidade social em que estamos inseridos e como lidamos com as desigualdades sociais dentro do espaço escolar, além de entender

o ponto de vista da pesquisadora e das professoras frente às questões abordadas no vídeo, o posicionamento ético, político e ideológico assumido nas práticas pedagógicas. Corroboro com a provocação de Mignolo (2008) com a ideia de ‘*desobediência epistêmica*’ como ferramenta para libertar mentes e corpos do colonialismo. E, trago Fanon (2008) para a pontuar o racismo e o colonialismo, a seguir:

Deveriam ser entendidos como modos socialmente gerados de ver o mundo e viver nele. Isso significa, por exemplo, que os negros são construídos como negros. [...] Para entender como tais construções ocorrem, o caminho lógico é examinar a linguagem, na medida em que é através dela que criamos e vivenciamos os significados. Na linguagem está a promessa do reconhecimento; dominar a linguagem, um certo idioma, é assumir a identidade da cultura (Fanon, 2008, p. 15).

Ainda neste capítulo, ancorada na análise das narrativas (Moita Lopes, 2003), investigo o como as professoras de Língua Portuguesa e de Literatura da unidade escolar do município de São Gonçalo, região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, pensam suas práticas de letramentos antirracistas, quais os enfrentamentos cotidianos e as estratégias desses professores e o que entendem por letramento racial (Pinheiro, 2023). Investigar como as professoras elaboram sua prática pedagógica num mundo globalizado onde a ideia de raça incide sobre o lugar do negro na sociedade. Que práticas de letramentos utilizam em sala de aula, entendendo a importância de uma educação antirracistas e o mapeamento de práticas de letramentos e os sujeitos que atuam pedagogicamente com este desafio na escola. A escola precisa acolher a pluralidade de sujeitos e culturas e, portanto, de resistência ao modelo eurocêntrico (a Europa como o berço da civilização) que ainda hoje prevalece. Segundo Nascimento (2016):

Desde os primeiros tempos da vida nacional aos dias de hoje, o privilégio de decidir tem ficado unicamente nas mãos dos propagadores e beneficiários do mito da “Democracia Racial”. Uma “Democracia cuja artificiosidade se expõe para quem quiser ver; só um dos elementos que a constituem detém todo o poder em todos os níveis político-econômico-sociais: o branco. Os brancos controlam os meios de disseminar as informações; o aparelho educacional; eles formulam os conceitos, as armas e os valores do país (Nascimento, 2016, p. 54).

A escola deveria ser um espaço que prestigie as produções de saberes comprometida com práticas pedagógicas que não reproduzam as relações de hierarquia de gênero, classe e raça, e entendendo que para se construir uma educação libertadora, é preciso comprometimento com a superação das desigualdades sociais. Para além de enfrentar o racismo, é necessário promover o reconhecimento das agências dos grupos

marginalizados. hooks (2017) chama atenção para o enfrentamento das desigualdades étnico-raciais e de como é importante a transformação em sujeitos melhores.

Contudo, observo que esse espaço, a escola, ainda é atravessado pelo racismo estrutural e os estudantes negros enfrentam a inferiorização e marginalização com a permanência de um currículo racializado. O trabalho pedagógico é atravessado por questões sociais, políticas, econômicas e culturais e a escola deveria ser o espaço de circulação de ideias que combatam o racismo. Portanto, pensar práticas de letramentos antirracistas é indispensável se queremos uma sociedade mais acolhedora. A pesquisa demonstra que o caminho está em construção e que é necessário e urgente que todo o corpo docente participe de formações e ‘capacitações’ permanentes para dirimir o racismo.

## CAPÍTULO 1. LEVANTAMENTO DE ARTIGOS

O mundo é nosso  
Homem negro, inferno branco, tipo Tarantino  
Homem branco, inferno banto, tipo tá tirano  
Os menor tá desesperado, tipo atirando  
Eu querendo salvar o mundo, ela pergunta: Tá zuando?  
É que as ruas me lembram Massacre da Serra Elétrica  
Eles tentam roubar, é o massacre da cerca elétrica  
E o rap preocupa com povo ou preocupa com a métrica  
Mas os tentáculos do polvo é o que vai te afundar  
E o olho que me julga precisa fazer regime  
Ou algum de nós dois vai estar lá na cena do crime  
E eu só querendo eu e minha mina na fila do cine  
Vendo o filme da minha vitória  
Sou da sua raça, mano, é a nossa vitória  
Já foram farsa, vamo, contar nossa história  
Quilombos, favelas, no futuro seremos reis, Charles  
Seremos a negra mais linda desse baile, charme  
A negra velha mais sábia, crianças a chave  
Eles são cadeados, já foram corrente, sabe?  
O lado negro da força, mato com meu sabre  
Te corto com meu saber [...]

*Djonga*

Esse trecho da música *O mundo é nosso*, de Gustavo Pereira Marques, mais conhecido como Djonga, o *rapper*, escritor e compositor traz elementos que se relacionam com a temática desta pesquisa. Será que o mundo é nosso mesmo? Quem é esse nosso? O *rap*, essa mistura de ritmo e poesia, traz uma crítica social e política, apresentando os obstáculos enfrentados por uma parcela da população marginalizada, excluída e negra. O poema *Lucidez* trazido como epígrafe da introdução e o *rap O mundo é nosso* que abre esse capítulo dialogam sobre os tentáculos existentes e que precisam ser destruídos. Gêneros diferentes, mas com o mesmo propósito: combater o racismo.

Se o mundo é nosso, e isso deveria significar que é de todos, por que encontramos poucas produções sobre a temática racial? É fato que houve um aumento, mas não significativo, observado na revisão da literatura que apresento neste capítulo. A pesquisa<sup>5</sup> realizada em quatro revistas Capes A1, a saber: Educar em Revista, Educação em Revista, Educação e Realidade e a Currículo sem Fronteiras. Entre 2016 e 2021, foram publicados 1.651 artigos, sendo 124 abordando a temática Étnico-Racial. Como critério de busca, selecionei os seguintes itens: o título, as palavras-chave (Lei n.º 10.639/03 (Brasil, 2003); Currículo; Formação docente; Relações étnico-raciais; Letramento) e os resumos para efeito do levantamento. Destaca-se os 15 artigos em outros idiomas sobre as questões étnico-raciais.

Analisando as revistas, percebe-se que apesar de quase duas décadas após a promulgação da Lei n.º 10.639/03 (Brasil, 2003), ainda não encontramos, como deveríamos, uma vasta publicação de autoria negra nas escolas. Sabemos que a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), prevê a promoção da igualdade, da equidade e da defesa dos direitos humanos. Além de garantir direito à Educação para todos. Entretanto, sabemos também que grande parte da população, em especial a população negra, foi privada do processo educacional ou estava em espaços precarizados.

No levantamento realizado, foi possível identificar muitas experiências da atuação dos docentes pelo país, mesmo que isoladas, sem suporte de material didático e paradidático deixaram evidente o quanto a universalização do saber destaca a existência do corpo branco. O que reforça a importância em desconstruir o mito da democracia racial, utilizado como estratégia discursiva e manutenção das violências simbólicas e estruturais, em que o Estado elimina o corpo negro e indígena: a necropolítica<sup>6</sup>. Essa política é responsável pela evasão escolar, por exemplo, quando se tem uma cor que é antagônica a cor das profissões consideradas de maior prestígio social.

É necessário refletir de forma crítica, social e política a temática racial, pois percebem-se obstáculos pedagógicos e epistemológicos que atravessam o sistema educacional. Transgredir as experiências de sofrimento e dor, transformando-as em

---

<sup>5</sup> Atividade solicitada como trabalho final da disciplina Educação Brasileira e Contemporaneidade ministrada pela Professora Doutora Flávia Miller Naethe Motta.

<sup>6</sup> Conceito cunhado por Mbembe que “o poder e a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como implantação e manifestação de poder” (Mbembe, 2018, p. 5).

possibilidades de justiça social, em potências. Compreender que o processo de aprendizagem não é homogêneo e não pode ser excludente.

Segundo o levantamento realizado para essa dissertação, a tabela 1 demonstra o quantitativo de publicações anuais de cada revista analisada. As publicações encontradas, divididas entre artigos, resenhas, entrevistas, traduções e documentos entre os anos de 2016 e 2021, temos 1.651, sendo 124 abordando não só a questão étnico-racial, mas os variados temas relacionados à educação.

Revistas	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Currículo Sem Fronteira	36	45	54	64	54	45	298
Educar em Revista	76	121	112	112	78	103	602
Educação em Revista	62	24	30	41	151	58	366
Educação e Realidade	70	75	83	63	63	31	385

Tabela 1. Quantitativo de publicações anuais de cada revista analisada abordando questões étnico-racial e educação.

A partir da tabela 1, podemos constatar que entre os anos de 2018 e 2020, tivemos um aumento significativo de produções de artigos com temas relacionados à educação e, nos anos de 2020 e 2021, por conta da Pandemia covid-19, a temática ficou concentrada na questão da educação virtual.

As publicações sobre questões étnico-raciais apresentaram um decréscimo significativo, no mesmo período. Importante refletir a partir desse levantamento que, apesar da Lei n.º 10.639/03 (Brasil, 2003) e da Lei n.º 11.645/08 (Brasil, 2008), ainda encontramos dificuldade na implementação das Leis. Retomo o diálogo da importância da educação das relações étnico-raciais e na prática pedagógica. Uma vez que:

Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares, realidade social, diversidade étnico-cultural é preciso que os(as) educadores(as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as identidades culturais, a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações raciais, entre outras. E trabalhar com essas dimensões não significa transformá-las em conteúdos escolares ou temas transversais, mas terá sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida e no próprio cotidiano escolar. Dessa maneira, poderemos construir coletivamente novas formas de convivência e de respeito entre professores, alunos e comunidades. É preciso cada vez mais que a escola se conscientize que ela existe para atender a sociedade na qual está inserida e não aos órgãos governamentais ou aos desejos dos educadores (Gomes; Jesus, 2013, p. 149).

O levantamento aponta para a importância da implementação das leis no espaço escolar, em ações pedagógicas que prezam a diversidade cultural. Debater a educação em ambientes formais de ensino é um assunto de importante relevância para repensarmos a

finalidade social da escola, pois a partir dela é possível refletir e identificar qual é o papel, ou quais são os papéis, que os docentes devem cumprir no processo de formação humana e desenvolvimento global, pleno.

Cabe ressaltar a importância em se construir uma educação transversal com epistemes que favoreçam aprendizagens e ensinamentos de modo transgressor e que preze por uma educação como prática de liberdade. Para hooks (2020) é mister que educadores e educadoras compreendam a necessidade de reeducação:

[...] está claro que uma das principais razões por que não sofremos uma de valores é que a cultura de dominação necessariamente promove os vícios da mentira e da negação [...] Quando se acrescentam a isso as onipresentes suposições de que os negros, as mulheres brancas e outras minorias estão tirando os empregos dos homens brancos, e de que as pessoas são pobres e desempregadas porque querem, fica mais do que evidente que a crise contemporânea é criada em parte por uma falta de acesso significativo à verdade. Ou seja: não somente se apresentam inverdades às pessoas como também essas inverdades são apresentadas de uma forma que as habilita a ser comunicadas do modo mais eficaz (hooks, 2020, p. 44-45).

Na tabela 2, observamos que as discussões sobre a temática giraram em torno dos desafios e perspectivas das práticas da educação para/das relações étnico-raciais, buscando proporcionar analisá-los em relação a diferentes contextos e realidades escolares e, quanto a aplicabilidade da Lei n.º 10.639/03 (Brasil, 2003) e da Lei n.º 11.645/08 (Brasil, 2008), perpassando por aspectos teóricos-metodológicos, diferentes maneiras de abordagens, estratégias de atuação e a formação docente, colocando em voga os limites e possibilidades da superação da discriminação, das desigualdades e do silenciamento, onde seus autores nos convidam a leitura.

Revistas	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Currículo Sem Fronteira	0	2	4	19	2	2	29
Educar em Revista	5	4	14	6	11	14	54
Educação em Revista	1	0	1	4	8	1	15
Educação e Realidade	2	10	3	9	1	1	26

Tabela 2. Quantitativo de publicações anuais de cada revista analisada abordando desafios e perspectivas das práticas da educação étnico-racial.

Assim, dentre as 124 publicações encontradas, a revista que mais publicou sobre a temática foi a Educar em Revista da UFPR, além de ser publicado em 2018 um número denominado *Dossiê – Educação e Relações Étnico-Raciais: o estado da arte*. As publicações selecionadas não são restritas à temática étnico-racial, podendo ser

classificadas em mais de uma categoria (Educação quilombola; Ancestralidade; Feminismo; Mulheres negras, dentre outras).

O ano de 2016 os assuntos abordados nas publicações foram: aprendizagens históricas, ensino religioso, educação quilombola, preconceito na literatura infantil, inclusão de índios surdos, educação indígena na escola, cultura indígena, monoculturalidade, interculturalidade, o negro na legislação educacional do século XIX e a Lei n.º 10.639/03 (Brasil, 2003).

No ano seguinte, em 2017, o número de artigos foi um pouco maior e os assuntos mais recorrentes foram diversidade, ações afirmativas, formação de professores, currículo com valorização do negro, a Lei n.º 10.639/03 (Brasil, 2003) e a Lei n.º 11.645/08 (Brasil, 2008) nos currículos, racismo e o ensino da Língua Portuguesa: as relações étnico-raciais na educação e na sociedade, educação universitária e educação quilombola, expansão da temática de relações raciais. Acredito que esse aumento nas publicações tenha acontecido em função do aumento das denúncias sobre racismo e do apoio não só de intelectuais, mas também de grupos que atuam na luta antirracista.

Em 2018, houve discreto aumento em relação a 2017 e os assuntos mais recorrentes foram: relações étnico-raciais, racismo, formação de professores indígenas; currículo na perspectiva racial e desconstrução do pensamento decolonial, espaços escolares indígenas; implementação da Lei n.º 11.645/08 (Brasil, 2008), resistência democrática: a questão racial e a constituição federal de 1988, formação docente (levantamento bibliográfico de 1995 a 2015 com a temática) educação étnico-racial, agente de educação e multiculturalidade, diversidade cultural e relação de gênero e indígena, multiculturalidade e prática pedagógica indígena, educação cultural, racismo, segurança nacional, fracasso escolar de jovens negros.

No ano de 2019, pontuamos que foi o ano com maior número de publicações com a temática, essa elevação nos números foi impulsionado, principalmente, pelas Revista Currículo Sem Fronteiras e Cadernos CEDES, destacamos como assuntos recorrentes: educação intercultural, ações afirmativas, formação docente, currículo, EJA, práticas e saberes de mulheres negras, quilombolas, indígenas, contribuições do cinema, cota, questões étnico-raciais na educação infantil, educação indígena, da Lei n.º 11.645/08 (Brasil, 2008) corporeidade, saberes, território e movimentos sociais, história e culturas afro-indígenas na educação, educação bilíngue indígena, racismo esquemático, práxis educacionais de cultural populares tradicionais (indígenas), interculturalidade (indígenas), identidade (américa latina), crianças indígenas (perspectiva Piaget),



monoculturalidade (indígenas)ações afirmativas, decolonialidade, a Lei n.º 10.639/03 (Brasil, 2003) na educação profissional e estudos culturais para analisar relações raciais.

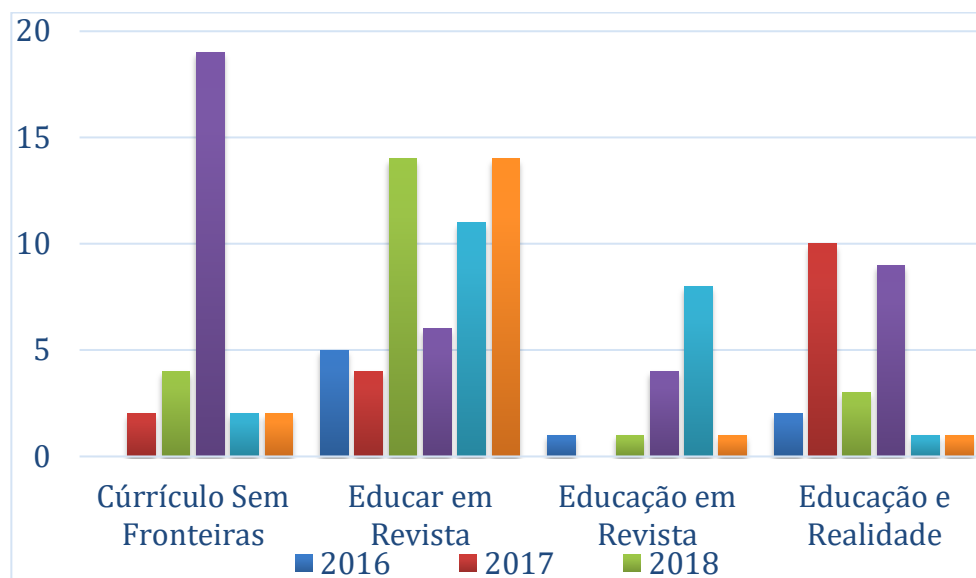
O número de artigos em 2020 caiu quase pela metade em relação a 2019. Possivelmente, esse quantitativo diminuiu por conta da modalidade de Educação à Distância (EAD), e as aulas remotas e seus dispositivos na pandemia. O que pode ter tirado assuntos mais recorrentes, e outros em ascensão, como as questões raciais, de foco. Entretanto, tivemos como assuntos mais recorrentes: saberes e experiências ações afirmativas; educação, formação de professores – reflexões feministas; PPP – nas relações étnico-raciais, a Lei n.º 10.639/03 (Brasil, 2003) no contexto da EJA, raça, gênero, diversidade e movimento feminista negro e LGBTI, necro-educação, desempenho dos cotistas educação intercultural (indígenas), interculturalidade (estrangeiro/raça), representações sociais cotas, desconstrução do pensamento colonial, ação afirmativa, educação popular e relações raciais, educação infantil e interseccionalidade, corporeidade e saberes indígenas.

Em 2021, com a exceção da Educar em Revista, o número de artigos com esse tema caiu em todas as revistas pesquisadas em relação a 2020 e os assuntos mais recorrentes foram: práticas e formação docente, ensino superior e educação étnico-racial, currículo multicultural e educação transformadora, escolarização indígena, dominação e resistência, cotas, a voz da mulher afro, interculturalidade (indígenas), constituição histórica, educação antirracista, mulheres negras, currículo e a Lei n.º 10.639/03 (Brasil, 2003) e a Lei n.º 11.645/08 (Brasil, 2008). Importante destacar que dentre os artigos encontrados com a temática, apenas um da revista Educar e Revista da UFPR abordava o apagamento da temática na BNCC, com o artigo: *O banho, a água, a bacia e a criança: história e historiadores na defenestração da primeira versão da Base Nacional Curricular Comum de História para o Ensino Fundamental*, de Luis Fernando Cerri e Maria Paulo Costa.

A partir do levantamento das revistas acima elencadas, observa-se que entre 2016 e 2018 há poucas publicações, cujos temas contemplam as questões étnico-raciais. No ano de 2018, há não somente um aumento tímido dessas publicações, mas também uma diversificação dos assuntos correlacionados a essa temática. As questões interseccionais de raça, classe e gênero são observadas, bem como a abordagem decolonial e artigos que expõem experiências e vivências do cotidiano escolar e de práticas pedagógicas.

Entre 2018 e 2020 houve uma curva de crescimento desses artigos nas revistas, mas considera-se insuficiente em relação à amplitude desses debates frente ao que se

observa no cenário social e acadêmico desses anos. Entre 2020 e 2021 há uma queda vertiginosa dessas publicações, o que nos leva a buscar hipóteses sobre essa diminuição e seus impactos em anos pandêmicos. Dentre as hipóteses possíveis, está a questão da diminuição da produção acadêmica geral, mas gerando um impacto maior nas temáticas que falam das vivências e experiências das populações que mais sofreram com a pandemia, o que merece um olhar atento para as populações de mulheres negras e pobres.



Cabe ressaltar que ainda vivemos numa sociedade com profunda desigualdade racial, basta olharmos o mapa da violência que observaremos que mulheres e jovens negros são os que mais sofrem na sociedade. É importante discutir o Brasil que, mesmo após 135 anos, vive uma abolição inacabada. Precisamos de políticas de igualdade racial, social e garantias para a população negra, que resiste e luta por direitos. Vivemos num contexto político, histórico, social e econômico cujas políticas são atacadas diariamente, sofrendo um enfraquecimento proposital que tem impacto nos recursos destinados às questões de saúde e educação. É preciso avançar na discussão da superação do racismo que é estrutural<sup>7</sup> (Almeida, 2018) em nossa sociedade, porque além dele matar diariamente, o racismo se reinventa.

<sup>7</sup> “o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção [...] ainda que os indivíduos que cometam atos racistas sejam responsabilizados, o olhar estrutural sobre as relações raciais nos leva a concluir que a responsabilização jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de ser uma máquina produtora de desigualdade racial.” (Almeida, 2018, p. 35-39)

As publicações em revistas que versam sobre a temática são essenciais para pensar um Brasil democrático, antirracista e que tenha a resistência como pedagogia. Apesar dos espaços de publicações serem majoritariamente ocupados por branco, observa-se um crescente aumento nas publicações de autoria negra, o que pode sinalizar um rompimento na invisibilização das produções científicas da população negra, fortalecendo e promovendo a identidade intelectual de pesquisadores negros que até então eram objetos de pesquisas, como incapazes de produzirem saberes.

Destarte, trago como contribuição importante a iniciativa do Portal Geledês com a pesquisa realizada a partir do curso de Multimídia realizado em 2023, tendo como temática *Qual é o topo para a população negra*. A pesquisa além de discutir a filosofia Ubuntu, apresentar dados estatísticos da proporção da população negra, das matrículas em universidade federais, a porcentagem de mortes com arma de fogo, traz falas que comprovam a importância em ocupar espaços que não pensados para corpos negros e uma publicação do instagram.

Daniela Lira, 27 anos é a primeira de sua família a entrar no mestrado: “A gente sabe que fazer mestrado no Brasil não é uma coisa simples. Nós que estamos nesse pique, de seguir a carreira acadêmica. Deu certo entre trancos e barrancos, ainda bem.” Outro trecho importante da pesquisa, Rodrigo Portela, 35 anos é o idealizador e diretor da Terra Preta Produções: “Para mim, eu estou no topo faz tempo, tenho mais de 30 anos. Estou vivo como um homem negro em São Paulo.” Fechando a pesquisa, temos a fala de MC Nego Bala, 25 anos: “Eu não quero estar no topo, eu quero inverte a pirâmide.”

No Instagram, temos uma publicação repleta de simbologias de Agostinho, idealizador do Observatório Carioca de HQs “não é sobre lançar um livro...É sobre contar histórias que foram deixadas de lado em um processo de invisibilização atuante na sociedade brasileira. Escrevemos não apenas por nós, mas por um processo de contação de Histórias ancestral, somos os Griots do futuro.”

O resultado desse levantamento comprova que, apesar dos negros representarem 56,1% da população nacional, esses corpos ainda enfrentam dificuldade em acessar seus direitos e ocuparem espaços na sociedade. Diante desse quadro, entendo que a escola é o principal espaço para discutir a tentativa constante de apagamento das potências da população negra e os letramentos são ferramentas que nos ajudam a enfrentar o racismo estrutural e promover uma educação comprometida com a criticidade, igualdade racial e social.

## CAPÍTULO 2. Os Letramentos como práticas sociais

É preciso entender o conceito de Letramento, no Brasil, como práticas múltiplas dentro de um contexto social e apresentadas na escola, a partir dos estudos de Soares (2003 [1995]), 1998); Kleiman (1995) e Tfouni (1998). O que difere do entendimento sobre alfabetização que seriam processos de codificação e decodificação (descrições).

Ao usarmos a palavra no plural, Letramentos, entendemos que as práticas acontecem para além do espaço escolar, promovendo novas aprendizagens. As práticas não são apenas de leitura e escrita, mas atravessadas por sons, imagens, pela mídia e não, necessariamente, obedecem a uma sequência linear.

Para que esses letramentos possam acontecer, torna-se necessário revisar os objetivos e as práticas pedagógicas, assumindo uma educação com perspectiva epistemológica que atravesse fronteiras e que construa possibilidades de ações e práticas educativas que contribuam para uma educação que valorize corpos e culturas marginalizados e seus contextos, rompendo com a lógica colonial que se faz presente em nossa sociedade.

Para Rojo (2009, p. 98), letramentos são “práticas sociais de linguagem que envolvem a escrita de uma ou de outra maneira, sejam eles valorizados ou não valorizados, locais ou globais<sup>8</sup>, recobrando contextos sociais diversos (família, igreja, trabalho, mídias, escola etc.), numa perspectiva sociológica, antropológica e sociocultural”. Nesse sentido, é preciso pensar que letramentos estão sendo propostos no espaço escolar de maneira que o estudante possa construir sua identidade com criticidade.

Rojo (2009) chama atenção para a distinção que faz entre os *Letramentos Dominantes* que acontecem nas escolas, igreja, comércio, que precisa de professores, pastores, ou seja, ‘*institucionalizados*’, e que são valorizado, dos *Letramentos Locais* ‘*vernaculares ou autogerados*’ que acontecem em espaços que não são controlados, que são construídos no cotidiano e que, por estarem fora dos ‘*padrões*’, são marginalizados e não reconhecidos pelas instituições de poder.

---

<sup>8</sup> Sousa Santos (2005, p. 74) aponta para “a globalização ou coligação contra-hegemônica, que não se baseia no incremento e na proteção do local enraizado – embora não negue seu valor estratégico, designando-o como localização contra-hegemônica – , mas no que ele chama de as ‘iniciativas’, organizações e movimentos integrantes do cosmopolitismo e do patrimônio comum da humanidade, com vocação transnacional”, mas ancoradas em lutas locais concretas. Dentre elas, a escola [...] O global acontece localmente. É preciso fazer com que o local contra-hegemônico também aconteça globalmente.

Os Novos Estudos de Letramento avançam na discussão sobre a heterogeneidade das práticas sociais em virtude da globalização que exige um novo olhar com relação à leitura, escrita e uso(s) da linguagem. Esses NEL<sup>9</sup> pretendem refletir sobre a diversidade de informações que chegam pelas redes sociais, a diminuição da distância geográfica, a diminuição do tempo gasto para se comunicar e a multiplicidade de maneiras de dar significado a leitura, porque “já não basta mais a leitura do texto verbal escrito – é preciso relacioná-lo com um conjunto de signos de outras modalidades de linguagem” (Rojo, 2009, p. 106).

No mundo contemporâneo que informações circulam por espaços valorizados ou não, é preciso estar atenta para as possibilidades de práticas sociais que contribuam para uma vida cidadã com ética, criticidade e que seja democrática. Pensando nisso, a linguística contribui para a efetivação dos multiletramentos, valorando os letramentos Locais e seus agentes; os Letramentos multissemióticos relacionados aos campos da música, imagem que circulam nos espaços sociais e os Letramentos críticos, visto que:

O fato de que a linguagem não ocorre em um vácuo social e que, portanto, textos orais e escritos não têm sentido em si mesmos, mas interlocutores [...] situados no mundo social com seus valores, projetos políticos, histórias e desejos constroem seus significados para agir na vida social. Os significados são contextualizados. Essa compreensão é extremamente importante no mundo altamente semiotizado da globalização, uma vez que possibilita situar os discursos a que somos expostos e recuperar sua situacionalidade social ou seu contexto de produção e interpretação: quem escreveu, com que propósito, onde foi publicado, quando, quem era o interlocutor projetado etc. Tal teorização tem uma implicação prática, porque possibilita trabalhar em sala de aula com uma visão de linguagem que fornece artifícios para os alunos aprenderem, na prática escolar, a fazer escolhas éticas entre os discursos em que circula. Isso possibilita aprender a problematizar o discurso hegemônico da globalização e os significados antiéticos que desrespeitam a diferença (Moita Lopes; Rojo, 2004, p. 37-38).

Os letramentos precisam romper com o tradicional e avançar para construções que o estudante perceba que faz parte dessa construção de conhecimento. E isso promoverá a formação de sujeitos críticos e éticos com capacidade de ler o mundo com outro olhar. Pensar à docência como ferramenta para combater as desigualdades sociais, no coletivo e comprometida com a formação de sujeitos plurais, se quisermos “que a humanidade avance um furo, se queremos levar a humanidade a um nível diferente daquele onde a Europa a expôs, temos de inventar, temos de descobrir” (Fanon, 2008, p. 275).

Essa perspectiva resgata, reconhece e reivindica a história dos grupos marginalizados, silenciados e invisibilizados pelas fronteiras do eurocentrismo.

---

<sup>9</sup> Novos Estudos Linguísticos.

Históricas cheias de sofrimentos e injustiças, mas também de resistência porque é preciso romper com as fronteiras de quem detém o poder através da violência, da apropriação, da destruição e da negação da humanidade. Acredito nas práticas de letramentos como ferramentas que possibilitam ampliar o olhar, pensar e repensar a educação, agindo e refletindo sobre o mundo para modificá-lo. Os letramentos que anunciam o devir negro do mundo para além da ideia de raça.

Compreendo a importância das práticas de letramentos como *práxis* libertadora<sup>10</sup> porque o Brasil precisa deixar de ser um país assombrado pelo racismo, pela violência que sofre o corpo negro, seu desaparecimento, seu genocídio. O racismo categoriza, hierarquiza, extermina tanto física quanto subjetivamente as vidas negras. Reconhecer isso para fortalecer os laços e pensar na sala de aula como espaço de discussões, aprendizados, produção de conhecimento. Pensar nas relações de poder no que se refere às questões da racialidade brasileira. Mais que discurso, são ações que possam efetivamente mudar essas relações. Portanto, combater o racismo, essa construção histórica baseada nessas relações de poder, é de responsabilidade de todos. Treinar o olhar para diminuir a lacuna existente na presença negra no espaço escolar, quebrando a lógica eurocêntrica e avançando na luta antirracista. Rompendo o silêncio, ocupando espaços e resistindo.

Pelo exposto até aqui, os letramentos apontam para possibilidades outras de estar e interagir no mundo, de criar, pensar e repensar as produções de conhecimento e de sentidos, o que Rojo chama de “Letramento Crítico [...] a constituição de sujeitos éticos, democráticos e críticos (Rojo, 2012, p. 135). E isso só é possível se a escola e o corpo docente modificarem suas práticas de letramentos, seu olhar para contribuir para a formação cidadã dos estudantes. Olhar para fora dos muros da escola significa dizer que é importante valorizar a cultura que não é canônica, dominante, mas a que é produzida por vozes dissonantes que resistem. Corroborando com essa linha de criticidade apresentada, trago os Letramentos que nos ajudam a refletir e a formular novos caminhos pensando nos estudantes como protagonistas de suas histórias.

---

<sup>10</sup> Paulo Freire define *práxis* como a ‘teoria do fazer’ que envolve dialogicidade, ação-reflexão e autonomia. “Não estamos propondo nenhuma dicotomia de que resultasse que este fazer se dividisse em uma etapa de reflexão e outra, distante, de ação. Ação e reflexão se dão simultaneamente” (Freire, 1987, p. 72).

## 2.1 A importância do Letramento Racial

Planejar e executar práticas de letramento antirracista na escola se constitui numa estratégia fundamental para ampliar os horizontes dos estudantes a respeito do poder e da transcendência das palavras, uma vez que este modo particular de fruição de obras literárias e de produção de texto, a partir do que temos estudado, tem impactado sobremaneira discentes e docentes que mergulham nesta experiência e proporcionado mudanças de vida, (re)construção de trajetórias, ou seja, um convite a navegar em busca de conhecimento e transformar vidas por meio das palavras.

O letramento racial nos ajuda a desconstruir a forma racista de pensar como o Brasil foi '*letrado*'. Desconstruir essa história desumanizada desde o período colonial com o processo de escravização de negros e indígenas e construir uma pauta numa educação que tenha como base uma educação antirracista, revendo ações pedagógicas e reinventando-as com novas perspectivas por acreditar que é através dela que poderemos romper com o racismo estrutural.

Esse conceito foi utilizado pela primeira vez pela socióloga afro-americana France Winddance Twine, em 2003 e, no Brasil, foi traduzido pela psicóloga Lia Vainer Schucman como sendo o conjunto de práticas para desconstruir a forma de pensar e agir racistas e tão naturalizadas entre as pessoas porque precisamos reverter essa desumanização produzida pelo racismo. Assim sendo, o letramento racial é fundamental para entendermos as tensões raciais que atravessam nossas vidas, nossas relações sociais e, principalmente, reconhecer a existência do racismo e como ele opera.

O letramento racial, também, possibilita denunciar e mobilizar, articulando saberes na produção oral e escrita como prática transformadora da realidade. Letrar-se é entender o processo que mutilou, estuprou e explorou corpos negros e as consequências para o mundo contemporâneo. É entender que raça é uma construção social branca na modernidade, criada para segregar, hierarquizar e dominar. Essa modernidade que aponta a Europa como centralidade da existência, do conhecimento, da estética, da ética, dos marcos civilizatórios e vai estabelecer um marcador da universalidade para o sujeito. Portanto, é ela que vai determinar o que é humano e apagar todos os outros.

A ideia de raça surge como marcador brancocêntrico ocidental para destituir todo o restante da humanidade, negando a constituição humana de pessoas negras, negando a possibilidade de ser gente, para poder dominar. O que Mbembe (2021) chama de

auterocídio. Para transformar a pessoa negra em escrava, precisava fazer com que acreditasse que não tinha valor, a dimensão de subalternidade e, por isso, a escravidão é um marco da superioridade branca. Esse homem branco é a representação do pensamento, da racionalidade, é o sujeito universal desenvolvido pela ciência.

Esse sujeito universal, branco é o que se beneficia dos privilégios do seu grupo social caracterizado por uma representação fenotípica. A branquitude é o sistema que mantém esses privilégios. É esse sistema que precisa ser combatido porque destitui o direito dos outros. A branquitude se coloca no lugar da centralidade e estabelece que o outro é simplesmente o menos humano, é destituído de razão. Ela vai garantir tratamento diferenciado entre brancos e negros. É um marcador de hierarquização social e que precisa ser destruído porque ele garante acessos políticos, monetários, manutenção de vida, estética atestada, potência, representação, detenção de direitos do outro. Está sempre num lugar de poder.

Letramento racial é compreender as hierarquizações das raças. Não existe possibilidade de olhar o mundo sem letramento racial porque isso significaria ignorar o outro, ignorar as relações que somos submetidos (seja acadêmica, seja profissional...) somos atravessados pelo letramento racial. A centralidade desta pesquisa está em responder o que fazer com as informações, com o letramento racial numa dimensão revolucionária? Não é apenas ter sensibilidade, mas o que fazer para mudar a realidade e contribuir para o devir negro? Pensar mecanismos de intervenção social a partir da educação.

É importante reforçar que o letramento racial nos ajuda a entender e a questionar como as escolas trabalham com os temas referentes à África, mesmo tendo 20 anos da Lei n.º 10.639/03 (Brasil, 2003). Não se trata de culpar professores sobre as ausências, mas constatar que a escola deveria ser o lugar que transforma a realidade e, portanto, a matriz curricular passa por escolhas políticas e teóricas e que determinam sua função social. Essa matriz precisa ter como intencionalidade uma educação que forme cidadãos que possam transformar a realidade social em que estão inseridos e que tenham a capacidade de desenvolverem a humanidade que existe em cada um.

Ao buscar o meu letramento racial, percebi que enquanto professora da educação básica e pesquisadora, precisava construir um repertório com referenciais negros para avançar na pesquisa, para entender o mundo com outros olhos que não tenha a colonialidade como padrão. Tarefa difícil visto que o currículo é pensado, ainda, numa perspectiva eurocêntrica (colonialidade do saber), que os espaços escolares reproduzem



o Racismo – as pessoas de ocupar os espaços de poder tem o mesmo fenótipo, na maioria das vezes – (colonialidade do poder) e a representatividade na escola – temos alguns avanços – ainda apresenta uma estética branca (colonialidade do ser). Os conceitos colonialidade do Saber, poder e ser serão desenvolvidos em outro capítulo.

Assim como a maioria da população brasileira, sou fruto da miscigenação e tenho consciência de que o fato de ter bisavós, avós negros eu nunca fui ou serei parada pela polícia, nunca fui ou serei seguida dentro do supermercado ou *shopping* e nem passei ou passarei por uma revista aleatória em aeroporto. Posso afirmar que a partir do letramento racial minha pesquisa ganha um movimento espiralar, isto é, passo a pensar na construção do conhecimento tendo epistemologias outras que me ajudam a pensar e a construir caminhos tendo África como centro, como o berço da humanidade. Passo a entender que a ideia de tempo ocidental, linear, não cabe mais, é preciso romper com essa lógica que apaga outros conhecimentos. O tempo espiralar é a oportunidade de ampliar o olhar, de resgatar a ancestralidade, de refletir sobre as diversas formas de saber, de pensar o corpo como produtor de conhecimento, um corpo político e negro. Martins (2021) chama de ‘*corpora de conhecimentos*’, uma ferramenta de sobrevivência.

Apesar de toda a repressão, o que a história nos ostenta é que, por mais que as práticas performáticas dos povos indígenas e dos africanos fossem proibidas, demonizadas, coagidas e excluídas, essas mesmas práticas, por vários processos de restauração e resistência, garantiram a sobrevivência de uma corpora de conhecimento que resistiu às tentativas de seu total apagamento [...] (Martins, 2021, p. 118).

Esse corpo negro que coloca em xeque a dicotomia ocidental, que tem na pele as marcas da colonialidade e que resiste a episteme ocidental. Um ‘*corpo-tela*’ (Martins, 2021) que carrega memórias, se mantém em constante e intenso movimento e que contribui para a construção de um futuro que está por vir, um devir irreversível. Esse corpo-tela, locus e ambiente do saber (Martins, 2021) que funciona como um portal, resgatando memórias, movimentos, sons, desenhos, criando teias que promovem uma profunda relação entre o homem e o mundo, um corpo-imagem.

Em seus inúmeros modos de realização, em suas poéticas e paisagens estéticas, a corporeidade negra, como subsídio teórico, conceitual e performático, como episteme, fecunda dos eventos, expandindo os enlaces do corpo-tela, como vitrais que irradiam e refletem experiências, vivências, desejos, nossas percepções e operações de memória. Um corpo pensamento. Um corpo também de afetos. (Martins, 2021, p. 80)

Esse corpo-tela-imagem-pensamento-afeto negro resiste, desafia e constrói estratégias de combate ao racismo e enquanto professora entendo que enquanto houver o racismo não há democracia, não há sociedade e, por isso, as práticas de letramentos realizadas/desenvolvidas são importantes para desconstruir esse sistema de opressão que decide quem pode viver e quem pode morrer. A pergunta que permanece é como letrar o estudante numa sociedade racista? É possível para o estudante negro efabular? É possível um devir-negro para o estudante que sofre racismo inclusive dentro do espaço escolar?

Se pensamentos e palavras são poderes, as narrativas construídas dentro de sala de aula precisam estar conectadas com a essência humana, com o mundo que apresenta uma diversidade de pensamentos, compreendendo e transformando-o, ampliando a capacidade crítica do estudante e contribuindo para que ele tenha ferramentas para estar e permanecer em espaços que não foram, necessariamente, pensados para ele.

### CAPÍTULO 3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A partir dos estudos sobre a importância dos letramentos como ferramentas para combater o racismo, apresento como fundamentação teórica o filósofo camaronês Achille Mbembe que vem se destacando no campo dos estudos pós-coloniais e tem contribuído na discussão epistemológica da construção histórica da categoria negro. Para além dessa discussão, o autor denuncia a diversidade de opressões e formas de dominação dos povos colonizados, como os discursos são construídos a partir do olhar do colonizador e como isso causa impacto na construção do colonizado.

Dentre as obras publicadas, destaco duas por apresentarem conceitos pertinentes a essa dissertação. A primeira é *Necropolítica* (Mbembe, 2021) livro que trabalha o conceito (de mesmo nome) cunhado pelo filósofo para explicar a política da morte, a banalização da vida. Aqui temos uma questão: quem é importante e quem, não é? E o que fazer com aqueles que não achamos e reconhecemos como importantes? Penso nas relações de poder que são estabelecidas e como elas determinam e dominam nossas ações e nossas práticas. Penso nos meus alunos, nas violências que seus corpos sofrem diariamente. Penso no racismo, entendendo-o como uma criação da branquitude. Lembro de Fantz (2020, p.103) em *Pele negra, máscaras brancas* quando dizia “eu queria simplesmente ser um homem entre os outros homens...ser um homem, nada mais que um homem”. A cor da pele ainda é um entrave nas relações modernas.

O racismo faz parte da formação dos estados modernos. Parece impossível separar o Estado do racismo. Esse vai permitir a morte. Quem são os que serão deixados para morrer – sem saúde, educação, segurança – e quem são os que serão protegidos? Mbembe (2021) deixa evidente que a experiência colonial é a morte que nos espera a todo momento. É o poder político manipulando e controlando a vida e a morte de uma população específica. A necropolítica como característica fundante da história colonial da África e da diáspora.

O conceito de necropolítica chega trazendo uma mudança na maneira como a sociedade começa a se organizar. A necropolítica é a política que promove e prioriza a morte. Se antes o Estado era quem controlava os corpos e a vida humana – referência a Foucault – no contexto neoliberal, uma nova dinâmica para exercer o poder, esse Estado prefere a morte de um grupo específico, ele escolhe quem vai morrer. E os corpos escolhidos para morte, para matar são os corpos negros. Mbembe (2021) contraria a ideia

de que o Estado protege à vida. Ela aponta para morte e para os mecanismos de matar mais pessoas com menos esforço. Para consolidar um *status* social, é preciso incutir o medo a um determinado grupo social. Esse grupo não tem o estatuto de humano, portanto, não possui direitos. O não humano é o negro, o indígena, o outro.

No colonialismo, o outro não tinha estatuto de cidadão, não falava a língua da metrópole, não se comportava, adequadamente, e para garantir a ordem dentro dessa sociedade, era preciso policiar, vigiar e punir esse corpo, inclusive com a morte. A soberania, a ordem são garantidas se existe um grupo sujeito ao sacrifício, ao extermínio. Ela não traz à vida. Ela vem pela morte. A vigilância constante coloca esse outro em lugar inferior, como inimigo.

Esse outro, é o meu aluno negro, minha aluna negra que entram para a estatística é o aparato policial que atira primeiro e pergunta depois; é o encarceramento de jovens, pobres e negros; é a mídia que prolifera discursos conservadores de que pela violência, pelo extermínio, é possível pacificar a sociedade. Que soberania é essa que está ligada à morte. O autor retoma a ideia de biopolítica de Foucault e vai além. A tecnologia e a vigilância controlam uma parte da população que é dada como ilegítima, que ameaçaria a ordem e, portanto, pode ser exterminada.

A necropolítica está vinculada ao estado de exceção, ou seja, a suspensão do direito e do pleno exercício do poder sem limite. É o exercício da morte como forma de gestão política. É produzir a morte e não mais sustentar a vida. Volto meu pensamento para meus alunos, favelados, periféricos e lembro de suas falas quanto às ações policiais, aos assassinatos cometidos diariamente e sem explicação. Penso no medo produzido pela ideia da morte e da necessidade de alimentar esse medo para que um determinado grupo se mantenha no poder. É uma questão de vida ou morte. Penso, também, nos discursos diários que reforçam a representação do outro, do negro, como sujeito atrasado, arcaico.

Esse conceito atravessou minha prática pedagógica porque os meninos e meninas que passam pela minha sala, vivem, diariamente, esse conflito, essa guerra. São desprovidos do privilégio da proteção do Estado pela cor da sua pele. Esse corpo, sendo ameaçador, precisa ser exterminado. Mbembe (2021) traz a biopolítica de Foucault – a ideia de controle, vigilância e domesticação do outro e a de incutir o medo do outro. O medo de a qualquer momento ser descartado, exterminado, acompanha o cotidiano desses meninos e meninas. Eles ainda não entendem que não participam das regras que organizam a sociedade. Sociedade essa que é escravista e movida pela classificação

social. Eles não estão protegidos por leis. Eles não são sujeitos. E, assim sendo, estão sujeitos à morte.

A discussão iniciada com o conceito de necropolítica se expande porque entendo que as vivências dos estudantes que passam pela minha sala de aula, na maioria negros, precisam ganhar voz e visibilidade e concentro minha reflexão acerca do livro *Crítica da Razão Negra*, Mbembe (2022) buscando entender o caminho percorrido pelo filósofo que define negro como uma categoria social que se confunde com os conceitos de raça e escravo. Importante lembrar que nessa construção o negro é tido como subalterno, inferior e como mercadoria. ‘*Negro*’ é aquele que vemos quando nada se vê. Se esse outro não existe, não é semelhante a si mesmo, é preciso proteger-se desse objeto pavoroso. O que Mbembe (2022) chama de alterocídio. Para o colonizador europeu, o negro, assim como a África não só foram desconsiderados, como tiveram toda sua história silenciada, apagada. É a negação da humanidade do outro, legitimando a opressão e a exploração desse outro. É o cerne do racismo. Segundo Mbembe (2021), negro é um

Produto de uma máquina social e técnica indissociável do Capitalismo, da sua emergência e globalização, este nome foi inventado para significar exclusão, embrutecimento e degradação, ou seja, um limite sempre conjurado e abominado. Humilhado e profundamente desonrado, o Negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne já foi transformada em coisa, e o espírito, em mercadoria – a cripta viva do capita (Mbembe, 2021, p. 19).

Mbembe (2021) resgata o conceito de biopoder de Foucault onde o racismo reforça a ideia de quem deve ser descartado e morto, seja física, política ou simbolicamente. É reduzir a pessoa humana a nada, a coisa, a objeto. Sua crítica está centrada na ideia de modernidade apartada do entendimento que seu início tem como princípio a definição de raça que domina o ontem, o hoje e o amanhã. Se o homem/humanidade/humanismo é o centro de todo projeto civilizatório, a modernidade só é possível porque ela inventa como negativo, como exterioridade a raça e o negro.

O que está em disputa para Mbembe (2021) são as definições da categoria negro e a ideia de raça, construída a partir da modernidade no processo de colonização iniciado com o tráfico de pessoas escravizadas do continente africano. Essa ideia é consolidada no século XIX com o capitalismo e permanece atualmente. Mbembe acredita que a ideia de transformação do mundo passa por uma ressignificação do ser negro, ou seja, uma conexão do ser negro com a universalidade, não no sentido da construção a partir da Europa, mas a partir da universalidade da luta política, da superação do racismo, da lógica do capitalismo. Ele associa isso ao advento das práticas coloniais.

Mbembe (2021, p. 11) desmonta a ideia de signo negro “delírio que a modernidade produziu”, essa invenção da brancura que ao mesmo tempo que estabelece uma relação de desejo, também provoca repulsa. Essa nova condição humana em que comunidades que não são negras, passam a vivenciar experiências em que negros e negras já vivenciaram no período escravocrata. O devir-negro não se refere apenas ao homem negro, mas a qualquer ser humano. E nesse sentido, o autor reforça a necessidade de refletirmos sobre a maneira como entendemos a natureza e a condição humana. Como a tecnologia e a globalização vem transformando o mundo e como podemos repensar essa ‘*nossa*’ relação com a vida e com o futuro. Traz questões desafiadoras, mas urgentes para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Sua obra é uma importante contribuição, pois fornece ferramentas que desafiam a compreensão tradicional sobre a história e a política.

Ao refletir sobre as relações de poder, Mbembe (2021) é influenciado por sua experiência pessoal e política. Afirma que a razão ocidental não é neutra e nem universal, pois está enraizada num sistema de poder opressor que marginaliza o negro. Além disso, ele discute a diversidade de formas do racismo e do colonialismo que construíram de África – explorada e marginalizada – e do mundo, criticando a ideia de modernidade e de progresso. Um pensador crítico e pós-colonial que nos ajuda a refletir sobre a exclusão social em uma sociedade marcada pelo racismo. Para Mbembe é impossível compreender o mundo sem entender África e todo o processo que se desenvolveu a partir da visão construída dela como perpetuação do colonialismo.

“África seria o simulacro de uma força obscura e cega, emparedada num tempo de cera maneira pré-ético e possivelmente pré-político.” (Mbembe, 2022, p. 97) Ou seja, como criar laços de afinidades tendo todo o imaginário negativado? O cenário de miséria, fome, guerra existe apenas em África ou está presente em todas as partes do mundo, inclusive no Brasil? Segundo Mbembe, a dificuldade em criar afinidades e porque não partilharmos o mundo comum. Esse imaginário é metonímico (a parte pelo todo).

A proposta do autor é de uma reinterpretação na compreensão das relações de poder, discutidas por Fanon (2008), e a subversão delas pensando na complexidade e diversidade das experiências dos povos africanos, além da violência da colonização. Sem deixar de reconhecer que intelectuais como Césaire (1987), resgatam o negro do lugar da subalternidade e mantem o conceito de raça como diferença e como instrumento de dominação. Raça como dispositivo de controle. O corpo negro como objeto que pode ser

retirado do seu território original e transportado para outro lugar como mercadoria. É um mecanismo que disciplina o corpo através da violência.

Raça é uma categoria inventada com efeitos histórico, social e político, marcada pela exclusão. É uma afirmação de poder que se situa além do ser. É um “produto de uma máquina social e técnica indissociável do capitalismo, da sua emergência e globalização, este nome foi inventado para significar exclusão, embrutecimento e degradação, ou seja, um limite sempre conjurado e abominado” (Mbembe, 2021, p. 19). Para Mbembe (2021), raça e racismo não pertencem somente ao passado. O discurso colonial racista permanece ainda hoje como mecanismo de controle dos corpos negros.

Em resgate ao que foi pontuado sobre diferença, Mbembe discute, precisamente no capítulo 3 do livro *Crítica da Razão Negra*, o quanto o negro foi inventado como o problema, como se estivesse sempre fora do lugar. O primeiro discurso sobre a diferença apresentado pelo autor, é o hegemônico (a consciência ocidental sobre o negro), sempre concebido como a diferença, como distinta e, conseqüentemente, não podendo ser chamado de humano. Seria o ser a parte. O segundo discurso é quando acontece a abolição e o negro passa a ser considerado como diferente, mas na dimensão do exótico com status de inferioridade. O terceiro discurso é sobre a assimilação, o acultramento, o branqueamento. O negro é aceito desde que passe por esses processos. Se for educado, assimilado e evangelizado, será aceito.

Ainda sobre a diferença, Mbembe sinaliza que é preciso ter cuidado para não cair na armadilha da diferença porque ela é o discurso colonial. Para ele, o discurso precisa ser do copertencimento, da superação da ideia de uma memória essencialista, da ideia da raça e esse discurso é o da violência, da territorialização da identidade e da essencialização da África. Mbembe tenta reposicionar o debate na complexidade de um projeto utópico, da partilha, na produção de um ser em comum. O ponto chave é a abertura do mundo, pertencer ao mundo, estar no mundo, criar o mundo, criar condições para sermos herdeiros de um novo mundo. Levanto uma questão importante: é possível criar esse projeto utópico, essa abertura de mundo vivendo numa sociedade racista? Os estudantes que transitam pela escola, podem, têm o direito de efabular um futuro? Como lidar com as diferenças sem cair nas armadilhas cotidianas?

Nos capítulos seguintes, Mbembe vai discutir a representação da experiência colonial, “a memória negra da colônia[...] por um lado, por um lado, o lugar da perda, e, por outro, o lugar da constituição de uma dívida” (Mbembe, 2022, p. 186). Essa memória foi constituída a partir da violência colonial que tinha duas funções, a saber: a do terror e

a alucinatória. Essa figura alucinatória presente na lógica colonial, produz sujeitos que negam a si porque querem ser como o colonizador. O que sustenta a ideia da violência colonial é a ideia de se produzir uma guerra permanente, uma guerra de raças, e ele vai apontando para a ideia fundante do colonialismo que a o saque, a predação econômica e a acumulação primitiva. Para Mbembe, para além do acúmulo de riqueza, existe um desejo de sacrifício do colonizado que ele chama de razão sacrificial. Humilhar, impor violência, torturar, violar constantemente a vida do colonizado não se explica apenas por razões econômicas e políticas, mas pela pulsão da morte.

Quando penso na realidade brasileira, de origem colonial, tenho dificuldade em justificar racionalmente o ódio a determinados grupos sociais (meus alunos fazem parte desses grupos) e tento entender, assim como Mbembe, numa linguagem psicanalítica, de onde vem esse desejo de sacrifício do outro, um certo prazer, discutido ao longo do livro. Essa dimensão da função do terror, essa violência é a chave para entender o colonialismo. Em outras palavras, façamos o exercício de pensar que o “passatempo” dos capitães nos navios negreiros era pegar os escravizados dos porões e obrigá-los a dançar para divertir a tripulação. A violência colonial não se vê enquanto violência.

Mas a violência colonial é, na realidade, uma rede, ponto de encontro de violências múltiplas, diversas, reiteradas, cumulativas, vividas tanto no plano do espírito como no dos músculos, do sangue.” (Mbembe, 2022, p. 189)

Essa violência colonial acaba por estabelecer um marco zero. Ou seja, antes da chegada do colonizador, tudo era caos. A partir da chegada, se estabelece a ordem. É marco zero porque a história começa a ser contada a partir da chegada do colonizador. A violência está em esvaziar o sentido, o que contribui para um projeto de violência que nega o futuro. O que me leva a refletir sobre o meu papel enquanto educadora. Todas as vezes em que não assumo, em que não me comprometo em contar a história que de fato aconteceu, eu apago, eu despersonalizo, eu desumanizo, eu retiro a memória e o futuro se fecha. Um futuro sem abertura, é um futuro violento. Para Mbembe, a violência está na dimensão da tortura.

Uma das maneiras cotidianas dessa violência, e que Mbembe coloca como distribuição do olhar, o real e o não real. O jogo do olhar, o regime da visibilidade e da invisibilidade que é central numa sociedade racista como a nossa. Escolhemos o que enxergar e o que não enxergar. Por que será que o mesmo corpo que ganha visibilidade em certas circunstâncias, é invisibilizado em outras? Penso nos meus estudantes que não



são enxergados em muitos momentos, inclusive na escola. Lembro dos relatos sofridos sobre as ausências em atividades porque não foram “selecionados”. Essa violência é o Mbembe coloca para além da tortura física: a violência do olhar. Numa sociedade racializada como a nossa, quantas pessoas, aqui especificamente meus estudantes, lutam contra esses olhares?

Mas o olhar colonial tem também por função ser o próprio véu que esconde essa verdade. O poder na colônia consiste, pois, fundamentalmente, no poder de ver ou de não ver, de ser indiferente, de tornar invisível o que não se faz questão de ver. E se é verdade que “o mundo é aquilo que vemos”, pode-se então dizer que, na colônia, é soberano o que decide quem é visível e quem deve permanecer invisível.” (Mbembe, 2022, p.199)

Ainda sobre o olhar e, conseqüentemente, esse processo de objetificação a partir dele, os grupos sociais tidos como “raça ruim”, serão aqueles que poderão ser mortos. Quem está nesse grupo: a população LGBTQIA+, os negros, as mulheres, os estrangeiros que são marcados por esse olhar, o olhar de não pertencimento, “um intruso”, [...] alguém que aparece no campo social unicamente sob a forma de um “problema”. (Mbembe, 2022, p. 200). Esse olhar segrega e ratifica a força da raça em determinar o quanto o corpo negro é um problema a ser resolvido com o confinamento, constrangimento e que pode levar a morte. Ratifico que não se trata da violência física apenas, mas da psicológica. Essa distribuição do olhar sobre corpos racializados, marcados e que provocam medo em nossa sociedade.

Dessa forma, Mbembe reforça que, a partir da experiência vivida pelo negro, esse olhar imobiliza, petrifica e justifica a morte desse corpo que está fora do seu lugar. Um projeto necropolítico do olhar que vai redistribuir o sentido de mercadoria do negro em três usos: o instrumental, aquele ser para me servir; o psíquico e o simbólico (esses para reforçar a necessidade de colocar o negro na dimensão de inferioridade e o branco na de superioridade. Trazendo para a realidade brasileira e racista, esse olhar é uma forma de violência e de terror produzida pelo colonialismo.

O colonialismo está tão entranhado na nossa sociedade, que ao invés de romper, descolonizar, nós acabamos por reafirmá-lo. Um passado colonial que está e se faz presente. É como se carregássemos na memória um habitus colonial que nos atravessa. E como lidar com esse inconsciente colonial? Como lidar com os traumas, com as subjetividades? Mbembe transporta o modelo psicanalítico do individual para o coletivo trabalhando com duas metáforas que colonizam o passado e o futuro. Se por um lado

temos um passado, a ideia de fantasma, por outro, temos a dificuldade de construir um futuro porque estamos enfeitiçados pelo inconsciente colonial e temos dificuldade em enxergar a realidade e a resposta será voltar e negar o trauma. Em outras palavras, temos dificuldade em enterrar o colonialismo. O poder colonial não foi só violento, mas produtor da busca do colonizado querer ser em parte o colonizador.

“Tudo começa, assim, por um ato de identificação: “Eu sou um negro”. O ato de identificação constitui a resposta a uma pergunta que nos fazemos: “Quem sou eu, afinal?”; ou que nos é feita: “Quem é você?” Neste segundo caso, trata-se de uma resposta a uma intimação. Em ambos os casos, trata-se de revelar a própria identidade, de torná-la pública. Mas revelar a identidade é também se reconhecer (autorreconhecimento), é saber quem se é e dizê-lo, ou melhor, proclamá-lo, ou ainda, dizê-lo a si mesmo. O ato de identificação é também uma afirmação de existência. “Eu sou” significa, desde já, eu existo.” (Mbembe, 2022, p. 263)

Para Mbembe, esse dilema traz uma perspectiva psicanalítica porque não existe a superação dos traumas. Como superar um trauma violento? É recorrente no livro o diálogo entre Mbembe e Fanon, que divergem no entendimento quanto ao papel da violência. Mbembe entende que a luta política para a descolonização é uma luta pela subjetividade, pela memória. É uma luta contra grupos, instituições que naturalizam o discurso colonial. Na verdade, é um desafio descolonizar uma sociedade que vem reafirmando o colonialismo, que traz a violência como central, como marca fundamental do racismo e do colonialismo. É o ponto de partida para o exercício de descolonização. Para Fanon, existem três formas de violência. A colonial que usa a força para colonizar, impor; a violência empírica marcada pela expulsão, violência, assassinato, mutilações e a violência fenomênica do domínio do psíquico, do afetivo, que esvazia o passado do colonizado, privando-o de um futuro.

Fanon vai apontar que não existe possibilidade de restituição de mundo por parte do colonizador. Ela vai pensar a violência emancipadora do colonizado é um trabalho clínico: “De resto, se devemos algo a Fanon, é justamente a ideia de que existe, em todo ser humano, algo que não pode domar, que não se deixa amansar, que a dominação – pouco importa sob quais formas – não é capaz nem de eliminar, nem de conter, nem de reprimir, pelo menos não totalmente. (Mbembe, 2022, p. 295). A violência colonial tem como projeto uma restituição que corresponde ao nada. Quando na verdade deveria restituir o que foi desumanizado.

Como construir a reparação? Como restituir a humanidade e constituir um novo humanismo porque o que foi gestado pelo ocidente chegou ao fim? Segundo Mbembe é preciso pensar na pluralidade de mundos, civilizações, na relação da humanidade com o diferente. Debate importante estabelecido com Césaire “[...] a convicção de que “o homem onde quer que esteja tem direitos enquanto homem.” ( Mbembe, 2022, p. 271). Para além da pluralidade, Césaire faz uma crítica a ideia de universal, ao “reducionismo europeu” e acrescenta que

“só é possível falar de humanismo à medida do mundo na linguagem do que está por vir, daquilo que sempre se situará mais adiante de nós e que, como tal, sempre será privado de nove e de memória, mas não de razão – aquilo que, como tal, sempre escapará à repetição porque sempre será radicalmente diferente. Assim, é preciso procurar a universalidade do nome “negro” não do lado da repetição, mas do lado da diferença radical, sem a qual a declosão do mundo é impossível. É em nome dessa diferença radical que é preciso reimaginar “o negro” como figura daquele que está a caminho, que está pronto a se pôr a caminho, que experimenta o arranchamento e a estranheza. Mas, para que essa experiência de jornada e de êxodo tenha um sentido, é preciso que ela reserve à África uma parte essencial. É preciso que ela nos reconduza à África ou, pelo menos, que faça um desvio pela África, esse duplo do mundo cujo momento ainda há de chegar.” (Mbembe, 2022, p. 277)

Ao trazer para o debate Césaire, também é necessário estabelecer relações com o pensamento de Fanon. Quando Mbembe fala da violência colonial, é no sentido de que raça é uma prisão. A racialização da sociedade, as classificações de privilégios e de poder, funcionam como uma prisão onde alguns estão em posição de dominantes e outros na de dominados. Para Fanon “a elevação em humanidade consiste, para o colonizado, em se transportar, por força própria, rumo a um lugar mais alto do que aquele que lhe foi consignado em função da raça ou em decorrência da sujeição.[...] De repente, não há mais negro nem branco. Existe um só mundo, finalmente livre do fardo da raça e do qual cada um se torna herdeiro.” (Mbembe, 2022, p. 291).

Essa discussão em torno da violência e sua relação com a morte e, por isso, o conceito de necropolítica, seria o projeto emancipatório e utópico de Mbembe. Ele não está refletindo sobre a violência fanoniana, não está afirmando a ideia de raça, mas a abertura e superação da “zona do não ser”. A questão é como abandonar a raça sendo ela

um instrumento de opressão e dominação? Numa sociedade racista, como não usá-la como tática de luta? É possível pensar o mundo para além da raça? O que seria a abertura de mundo defendida por Mbembe?

“O propósito da descolonização e do movimento anticolonialista pode-se epilogar numa única palavra que a possibilitou a abertura de abertura que inclui a eclosão, o nascimento e o aparecimento de uma coisa nova: o desabrochamento. Logo, abrir é libertar aquilo que estava encerrado para que possa nascer e desabrochar. A questão de abertura do mundo, de pertencer ao mundo, de habitar o mundo, de criar o mundo ou ainda as condições sob as quais nos constituímos herdeiros do mundo é o fulcro do pensamento anticolonialista e a noção de descolonização. Pode-se dizer, mesmo afirmar, que é esse o objeto fundamental.” (epílogo do livro *Sair da grande noite* de Mbembe).

Acreditando num projeto de humanidade fora do contexto da servidão e da violência racial, penso em práticas de letramentos que propiciem uma eclosão, uma ruptura, um despertar, uma abertura de mundo, um desejo de abolição. Segue uma narrativa vivenciada por essa pesquisadora.

São 7h e o sinal toca avisando do início das aulas. Caminho pelo corredor lotado de estuantes que conversam em voz alta enquanto aguardam a entrada do professor em sala. Subo as escadas e entro na sala. Turma agitada, falatório geral e, passados alguns minutos, os estudantes percebem a minha presença. Cumpro o ritual do bom dia, da chamada e início a aula. Levo comigo o livro *Olhos d'água* de Conceição Evaristo (2014). Explico quem é a escritora e dentre tantos contos, escolho *Maria*. Respiro fundo e começo a leitura do conto.

Ler Evaristo, é ter a certeza de transbordar em poesia. Os estudantes da turma do segundo ano do Ensino Médio estão atentos à leitura. Faço pequenas pausas para ver a reação deles com a leitura. O olhar deles me chama atenção. Entre suspiros, abaixar de cabeças e mãos apoiando o queixo, termino a leitura e por alguns segundos o silêncio impera em sala. Até que uma aluna sentada no fundo da sala fala: “Poxa, professora, precisava começar a aula com um texto desse? Meu coração apertou aqui porque pensei na minha avó, na minha mãe”. Outro aluno retruca: “ela adora fazer isso com a gente. Traz esses textos pra fazer a gente pensar”.

Neste momento, olho para esses e agradeço por existirem e embarcarem comigo nessa jornada. A aula continua com uma discussão sobre as passagens do conto que mais

marcaram e por que motivos isso aconteceu. A turma está agitada e se atropela. Antes que o sinal toque, sugiro que ouçam a música *A volta pra casa*, de Rincon Sapiência. Um dos alunos diz: “ah, gosto quando a senhora traz *rap*. Nem sabia que a professora de Português gostava disso”.

Recostada à mesa, olho para a turma e explico que meu objetivo, para além da gramática e da literatura, é fazer com que pensem, reflitam e ampliem o olhar porque precisamos construir uma sociedade mais justa, com igualdade e equidade.

A conversa avança e o sinal toca e a turma corre para o refeitório porque é hora do intervalo. Desço as escadas com calma e chego à sala dos professores. O intervalo é sagrado para tomar um café. Entre um gole e outro, uma aluna pede para falar comigo. Percebo que tem algo errado só de olhar para ela. Pergunto o que houve e ela responde que o texto que li para turma mexeu muito com ela porque a fez lembrar das mulheres da sua família. Falou do sonho de entrar pra faculdade, não como faxineira, mas como aluna. Olhei para ela e indaguei o porquê da fala e ela respondeu que bastava eu olhar pra cor dela, negra. Ela disse que o sonho dela era passar no Enem e fazer faculdade. Disse ainda que seria a primeira da família a conseguir isso. Depois de um longo abraço, disse que ela era capaz de realizar o sonho e que estava à disposição para ajudá-la. Retorno à sala dos professores incomodada com a fala da minha aluna.

Trago essa Narrativa porque ela me dá a dimensão exata do meu papel, enquanto professora, da rede pública do município de São Gonçalo onde leciono Língua Portuguesa e Literaturas para turmas do Ensino Médio. Tenho me debruçado no estudo das questões raciais porque entendo que o currículo eurocêntrico só fortalece o discurso da classe dominante e reforça as desigualdades sociais. Dessa forma, acredito que ler Achilles Mbembe contribuiu para minha formação acadêmica e ampliou meu entendimento sobre conceitos como necropolítica e devir-negro. Conceitos que atravessam diariamente a vida dos meus estudantes e reforça meu compromisso enquanto educadora em produzir futuros para eles. Que as práticas de letramentos sejam ferramentas utilizadas por educadores para abertura de mundo plurais.

## CAPÍTULO 4. METODOLOGIA

O que marca não só o imaginário dos estudantes e professores, como também impregna argumentos que ganham uma roupagem acadêmica, onde parte das obras sobre África contém elementos de extremos preconceitos contra civilizações e povos africanos, Moore (2008) nos mostra algumas diretrizes a serem seguidas para superarmos os pré-conceito e estereótipos que acompanham o tema, não só nas escolas e universidades, mas também em toda a sociedade brasileira: "Levando em conta tudo o que precede, os estudos sobre a história da África, especificamente no Brasil, deverão ser conduzidos na conjunção de três fatores essenciais: uma alta sensibilidade empática para com a história dos povos africanos; uma constante preocupação pela atualização e renovação do conhecimento baseado nas novas descobertas científicas; e uma interdisciplinaridade capaz de entrecruzar os dados mais variados dos diferentes horizontes do conhecimento atual, para se chegar a conclusões que sejam rigorosamente compatíveis com a verdade.

*Moore*

A epígrafe acima trata da urgência em ter um outro olhar sobre a África e da importância dos educadores nesse processo de desconstrução de pensar o outro com as lentes do colonialismo. Assim como Mbembe (2022), é possível reinventar o mundo a partir das experiências de África. É o dever de resistências viscerais porque precisamos sair desse mundo que ainda busca a descolonização. Alinhada a esse pensamento, busco pensar práticas de letramentos que corroboram com esse novo olhar.

Ancorada na análise de narrativas, como metodologia, situada no campo da Linguística Aplicada Contemporânea (Cabral, Biar, 2015), investigo como professoras de Língua Portuguesa e Literatura, do Ensino Médio, da unidade escolar do município de São Gonçalo, região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, pensam suas práticas de letramentos, quais os enfrentamentos cotidianos e as estratégias utilizadas por elas e o que entende por letramento racial. Ainda é um desafio para a escola pensar práticas de letramentos que respeitem e celebrem a pluralidade de sujeitos e cultura.

As conversas foram realizadas com cinco professoras do Ensino Médio, de Língua Portuguesa e de Literaturas, da unidade escolar pesquisada ocorreram, individualmente, e foram pensadas em formato *online*, por entender que após cinco paralisações e uma greve de quarenta e três dias, do desgaste emocional, moral e financeiro, todas estavam esgotadas com os assédios sofridos pela Secretaria de Educação e a ferramenta possível

foi o *whatsapp*. Todas receberam uma carta-convite (ANEXO C) com as orientações e o *link* do vídeo que traz uma cena de Racismo vivenciada por um parlamentar negro (ANEXO D) para assistirem e responderem as seguintes perguntas:

1. Quais são suas impressões do vídeo?
2. A temática apresentada nele pode ser discutida em sala de aula? Que estratégias você utilizaria?
3. É possível pensar práticas de Letramentos a partir dele?

#### **4.1 As professoras**

Esta pesquisa tem o recorte do componente curricular Língua Portuguesa e Literaturas e, por isso, cinco professoras foram selecionadas. Sinalizo agora os critérios pensados para a escolha dessas professoras. Todas, são mulheres que lecionam no Ensino Médio e trabalham há mais de duas décadas na unidade escolar e desenvolvem ou já desenvolveram projetos juntas. Importante destacar que Magali, Capitu e Margarida são brancas e Márcia e Maria são negras. Para fins dessa pesquisa, é necessário analisar com as lentes do branco e do negro, pois as perspectivas, vivências são distintas e precisam ser consideradas. As transcrições, na íntegra, estão em anexo (ANEXO E) busco analisar fragmentos delas que atendem ao objetivo desta pesquisa. As professoras serão identificadas com nomes fictícios, respeitando o anonimato acordado para as conversas.

Magali é uma professora de 51 anos de idade, branca, mora no município de São Gonçalo, com marido e o filho adolescente. Sua Graduação é em Letras: Português e Literaturas. Tem Pós-Graduação e leciona há 16 anos na unidade escolar. Muito centrada, organizada, Magali é conhecida como “a professora que puxa a mochila de rodinhas”. São muitos livros, dicionários, estojo para carregar.

Capitu é uma professora de 48 anos de idade, branca, viúva, mora com a filha, no Barreto, bairro do município de Niterói. Importante destacar que a filha é Médica Veterinária e que a enche de orgulho por isso. Não foi fácil mantê-la na universidade com o salário de professora do Estado, mas ela abriu mão de muitas coisas para que esse sonho fosse realizado. Perdeu o pai muito cedo, mas herdou dele a determinação e disciplina para alcançar os objetivos almejados. Poderia ter seguido a sugestão de pessoas próximas a família e ser vendedora. Entretanto, ela subverteu a lógica e traçou outro caminho. Sua

Graduação é em Letras Português e Literatura cursada na Unipli e tem uma Pós-Graduação em Educação Inclusiva, também cursada na Unipli e outra Pós-Graduação em Ciências da Educação cursada no Grupo Lusófona. Leciona há 25 anos na unidade escolar.

Margarida é uma professora de 61 anos de idade, branca, divorciada, mora em São Gonçalo, tem um filho já casado e uma neta (razão da sua vida). Ah, tem uma filha de quatro patas e segue encantada com essa relação de amor incondicional. Sua Graduação é em Letras Português e Literatura e tem doutorado. Leciona há 39 anos na unidade escolar.

Márcia é uma professora de 59 anos de idade, negra, divorciada, mora num sobrado em São Gonçalo. A mãe idosa mora na parte de baixo, e ela na parte de cima com um casal de filhos. Filhos formados com muita luta, ela gosta de afirmar porque sabe o que significa ser mãe solo. Anda pelos corredores com um sorriso largo e impondo respeito porque ela é dessas. “Bora reparo” é uma das suas falas que os alunos repetem porque entendem o significado. Sua Graduação é em Pedagogia e sua Pós-Graduação em Psicopedagogia. Lecionada há 34 anos na unidade escolar.

Maria é uma professora de 61 anos de idade, negra, solteira e mora sozinha. Ama música e está sempre disposta a realizar atividades diferenciadas. Sua Graduação é em Letras Português e Inglês e seu Mestrado interdisciplinar em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Leciona há 38 anos na unidade escolar.

As professoras pesquisadas trabalham na unidade escolar (já citada nesta pesquisa) e, levando em consideração o tempo, estabeleceram um laço de amizade para além dos muros da escola. Em eventos como Festa Junina, Café Literário, Festa do Folclore, Formaturas, entre outros. Essas professoras atuam com a certeza de que outra educação é possível. Durante os intervalos, as conversas têm como tema preponderante a educação. Ultimamente, a conversa está centrada nos planos para a aposentadoria. Duas já iniciaram o processo e as outras aguardam a decisão sobre o pedágio. Importante destacar que essas professoras atuam tanto no Ensino Fundamental quanto no Médio no componente curricular Língua Portuguesa e Literatura e, com o Novo Ensino Médio, Letramento de Língua Portuguesa (essa pesquisa não versa sobre o letramento proposto pela BNCC).



## 4.2 Os prints do vídeo

Seguem alguns *prints* do vídeo (ANEXO D) para iniciar a análise das narrativas das professoras pesquisadas. Conforme já mencionado, o parlamentar Renato Freitas (deputado do Paraná) sofreu uma abordagem aleatória no aeroporto. Podemos observar que o voo não está cheio porque existem poltronas vazias. O único passageiro a ser retirado para a revista ‘*aleatória*’ foi Renato Freitas. Ele caminha até a entrada da aeronave para entender o que está acontecendo e é abordado pelo funcionário da Polícia Federal que solicita o documento de identidade. Neste momento, é possível perceber a expressão de surpresa do funcionário que não acredita ser o homem que está a sua frente, um deputado. Espantado, ele explica o que está acontecendo como sendo um procedimento padrão. O deputado age com tranquilidade ao ser informado sobre a revista nos pertences e pessoal, enquanto filma a situação.

Essa ‘*naturalidade*’ tem relação com o fato de ser constantemente revisitado (dois meses após esse vídeo, o deputado foi novamente escolhido ‘*aleatoriamente*’ para ser revistado – vídeo do ANEXO D). Ao finalizar a revista ‘*aleatória*’, o deputado retorna ao avião e alguns passageiros tentam ser solidários com frases “tudo certo”, “isso acontece”, “aí nem dá bola” e Renato questiona se está tudo bem ele ser retirado do voo e ser humilhado, mas não existe resposta. Para encerrar o assunto, Renato fala aos passageiros “toca o bonde” e ironiza “toca o bonde porque o carregamento está no outro avião”.

Cabe destacar que dois meses após esse vídeo ser postado nas redes sociais, o parlamentar Renato de Freitas foi novamente escolhido ‘*aleatoriamente*’ para revista no aeroporto. Esse vídeo também foi postado nas redes e alguns seguidores questionaram até quando essa revista aleatória vai acontecer com corpos negros. O *link* do vídeo está anexado (ver ANEXO D).







Figura 2. O vídeo em frames

#### 4.3 Análise das narrativas

As narrativas serão abordadas por um enfoque socioconstrucionista (Moita Lopes, 2003) que entende que toda prática discursiva tem um contexto social, são construídas, produzidas e modeladas. Assim, o “objeto de investigação é percebido como sendo sócio construído, passando, portanto, o pesquisador a ser compreendido como imbricado no conhecimento que constrói” (Moita Lopes, 1994). Em outras palavras, assumimos identidades sociais quando nos localizamos em uma conversa com marcas raciais, de gênero, históricas e etc. Ao fazermos isso, reconstruímos nossas identidades e estamos sempre posicionados em “relações de poder” (Moita Lopes, 1996).

Tendo em vista que as narrativas são construídas e que dependem de como nos posicionamos e como o outro se posiciona, é possível legitimar ou refutar determinados

discursos, o que significa dizer que podemos desconstruir, se assim quisermos, os discursos de dominação, como o racismo.

#### 4.3.1 Nesta seção, trago a sequência de falas das professoras com relação à questão sobre quais as impressões do vídeo?

*Sequência 1 da professora Magali:*

**Nós ali temos recortes, né.** Nós não temos o vídeo na íntegra, então, o que me parece é que aquela pessoa que se identificou **como deputado** no vídeo que está sendo revistado **destoava** dos demais passageiros. Então, por isso que eles usaram essa **forma educada e polida** que ele foi escolhido “aleatoriamente”. Por ele estar “**destoando**”. **Não digo nem pela cor, tá! Acho que foi mais pelo cabelo e pela vestimenta dele,** porque quando ele volta para o assento quando ele vai filmando tem uma pessoa com muito mais pele escura, porém bem mais vestido do que ele. Então, a minha impressão foi essa, tá! Porque ele estava “**destoando**” dos outros passageiros.

A narrativa da professora Magali inicia com a afirmação (linha 1) de que o vídeo não está na íntegra e que, por isso, não é possível garantir que a questão apresentada esteja relacionada a não identificação da pessoa como deputado (linha 2), e sim por estar destoando (linha 4), pela cor da pele (linha 4). Destoar significa atrapalhar, desordenar. Ao utilizar esse verbo, a professora Magali assume o discurso de que o deputado está errado em não cumprir com uma determinação da Polícia Federal. Existe aqui um posicionamento da professora. No seu discurso aparecem três marcadores “né” e “então” (linha 1) e “tá” (linha 5) que sugerem uma aprovação quanto ao que está nas entrelinhas do discurso. Parece que quer compartilhar com o interlocutor a impressão que teve do vídeo. Na linha 5, Magali fala da cor da pele não como a questão central, visto que nas linhas 6 e 7, ela afirma que tem um passageiro com a pele mais escura. Nesses dois momentos, a “cor da pele” parece introduzir a questão da raça. Já no final da Narrativa, na linha 8, ela retoma o verbo destoar na tentativa de validar seu discurso com base no senso comum. É importante destacar que no Brasil o racismo é de estampa o que reforça a Narrativa da professora Magali, de acordo com Nascimento (2016),

Nenhum cientista ou qualquer ciência, manipulando conceitos como fenótipo ou genótipo, pode negar o fato concreto de que no Brasil a marca é determinada pelo fator étnico e/ou racial. Um brasileiro é designado preto, negro, moreno, mulato, crioulo, pardo, mestiço, cabra – ou qualquer outro eufemismo; e que todo o mundo compreende imediatamente, sem possibilidade de dúvidas, é que se trata de um homem-de-cor, isto é, aquele assim chamado descende de africanos escravizados (Nascimento, 2016, p. 48).

*Sequência 1 da professora Capitu:*

**Desde o começo foi construído e conduzido uma ótica.** Estamos diante de um infrator: abre mochila, revista pessoal, por favor! Me acompanhar de tal forma que parece iminente a descoberta de algo ilícito. **Assim se dá toda a construção social.** Nossa ótica é conduzida a própria palavra “aleatório”, parece normalizar o absurdo! **O que é aleatório? Um tiro é aleatório? A bala perdida aleatória? Acabamos por relativizar o absurdo, mesmo que a pessoa só apareça explicitamente no final do vídeo.** Eu não consigo imaginar que a abordagem se desse dessa forma com uma pessoa de pele branca. **“Ah que bom que tá tudo bem!”** Bem para quem? Né. **A fala da mulher branca transpira o Racismo Estrutural.** “Não liga não!” E com isso a gente vai relativizando o absurdo, né. Acho que cabe e cabe muito, né. É esse vídeo para desenvolver atividades de Letramento antirracial, antirracistas, né.

A professora Capitu inicia sua narrativa falando sobre a condução da ótica (linha 1), sobre o olhar direcionado ao deputado que foi abordado. Ao fazer isso, ela se posiciona contra a conduta adotada pela Polícia Federal e a tripulação do avião. Dá sequência a seu posicionamento ao falar da construção social (linha 3) afirma que a situação foi conduzida a partir de uma ótica, de uma **construção social, parece normalizar o absurdo, o aleatório.** Não imagina uma abordagem igual com uma pessoa de pele branca. Refere-se ao **racismo estrutural** e repete as frases da mulher branca no vídeo: **“ah que bom que tá tudo bem!”** Usaria o vídeo fazendo **pequenas pausas** para provocar a discussão, além de solicitar que a turma levasse notícias contemporâneas sobre o **crime** de racismo”. Essa colaboradora volta seu olhar para o racismo como crime. Traz no seu discurso a impossibilidade de naturalizar, banalizar uma construção social, o racismo estrutural e sinaliza uma possibilidade de trabalhar a ser desenvolvido com as turmas.

*Sequência 1 da professora Margarida:*

Não surpresa que eu assisti ao conteúdo do vídeo sobre a infeliz ocorrência do voo da Azul com o deputado Renato Freire. **Tristeza** porque é um **absurdo**! Nós estamos em 2023 e ainda é possível observar esse tipo de **comportamento hipócrita, racista e preconceituoso**. Como brasileira que sou e tenho origem nas minhas raízes.... Eu não vejo como ainda pode existir esse tipo de postura, tristeza maior eu sinto de ver a **reação das pessoas**, dos passageiros com expressões do tipo: Graças a Deus, tá tudo bem! Isso é normal, não! **Isso não é normal**! Se olharmos a parte técnica, a postura dos profissionais está totalmente equivocada. Essa abordagem deveria ter sido feita antes a repetição da palavra aleatório... aleatório. Esse é um processo aleatório demonstra todo despreparo dessas pessoas que se dizem profissionais. Se o passageiro passou e entrou no avião o que aconteceu antes? **Será que se fosse uma outra pessoa isso teria acontecido?** É o que eu questiono não foi aleatório... aleatório, mas foi com afrodescendente e isso não me causa estranheza e daí a tristeza. Por que fatos como esse se tornam corriqueiros? Já deveriam ter sido punidos com maior energia, mas isso não acontece, ele se repete e as pessoas continuam achando normal. **É totalmente anormal, vergonhoso e vexatório**.

A professora Margarida inicia sua narrativa descontente com o vídeo (linha 1). Esse descontentamento aparece em “estamos cansados de saber que nem na escola, nem nos livros onde mandam a gente estudar, não se fala da efetiva contribuição das classes populares, da mulher, do negro, do índio na nossa formação histórica e cultural” (Gonzales, 1982, p. 3). Lélia já iniciava o debate sobre a invisibilidade e exclusão das classes populares e, também, convocava o posicionamento dos educadores nessa discussão. A professora Margarida pode desconhecer a luta do povo negro que busca a igualdade, mas ela nomeia como comportamento hipócrita, racista e preconceituoso (linhas 3 e 4) dos passageiros que estão no voo. Ela se posiciona e reconhece a existência do racismo (linha 11) e afirma a necessidade de debater a questão racial porque não é normal a reação das pessoas (linha 7). Na narrativa a questão aparece como um complicador e a professora aponta a necessidade de mudanças na sociedade brasileira.

#### *Sequência 1 da professora Márcia:*

O devir para além da cor da pele. Ao assistir o vídeo, revisei cenas que cotidianamente são repetidas por este Brasil afora, em todos os lugares, em todas as situações. Fica claro que o **racismo cultural** infiltrado em todas as situações cotidianas deste país é de entristecer. Seja no transporte público, seja nos álbuns de reconhecimento de bandidos.

**A pele preta é alvo pode e deve ser discutida em sala de aula.** É assim que nós vamos combater o racismo cultural com consciência de quem vive, de quem passa por isso, de quem observa isso, de quem está vivendo isso todos os dias. Seja como espectador, seja como protagonista dessa situação.

A professora Márcia é atravessada pelas questões raciais por ser uma mulher negra e já ter vivenciado uma infinidade de constrangimentos (ela mesma e com os seus). Possivelmente, ao falar sobre o racismo cultural infiltrado (linha 3), a professora demonstra ter conhecimento social e histórico sobre as questões étnico-raciais no Brasil, sobre a participação do negro na formação da nossa sociedade e sobre a invisibilidade que sofrem. Ela se posiciona com tristeza (linha 4) porque sabe dos enfrentamentos da população negra cotidianamente. Na linha 5, sua narrativa traz a dor que o racismo provoca e a necessidade de combatê-lo, principalmente, no espaço escolar, porque ainda percebemos uma lacuna entre a formação e as práticas pedagógicas, vides tantos relatos sobre a temática nas redes sociais.

*Sequência 1 da professora Maria:*

Poxa! Achei o vídeo bem **interessante** mesmo [...] Porque você pensa numa situação que é **absurda**, né. Mesmo quando a gente vê aqueles programas como de aeroporto, raramente, **as polícias interrompem um voo porque interromperiam um voo, né? Pararia um voo para revistar um passageiro. O que que tem esse passageiro demais? E aí você vê depois que é um deputado e ver as características físicas do deputado e aí a coisa fica meio esquisita, né. Vem todo uma estrutura sócio política envolvida para ser discutida com os alunos ou com qualquer outra pessoa**, não precisa, necessariamente, ser um aluno tá! Uma situação que nós temos vivido muito frequentemente da nossa sociedade.

A professora Maria inicia sua narrativa com marcadores distintos. Ela afirma que é interessante (linha 1) e na sequência diz ser absurda a situação (linha 2). Ela, mulher negra, entende os privilégios de determinados grupos que nunca são parados aleatoriamente, constrói seu discurso na violência caracterizada nessa abordagem, questionando o porquê da interrupção do voo (linha 4). A professora compreende que eventos como esse acontecem, diariamente, independente, da classe social. Basta ter a cor da pele com um pouco mais de melanina para justificar qualquer ação policial.



As narrativas das professoras Capitu, Margarida, Márcia e Maria operam com a impossibilidade de se naturalizar o racismo, visto que é crime, questionam a abordagem e a falta de sensibilidade dos passageiros que estavam dentro do avião e observavam tudo com tranquilidade. Essas professoras compreendem a importância de questionar, combater, interromper, discutir qualquer atitude que tire o direito do outro de existir. A professora Magali não constata a sutileza ou reinvenção do racismo presente no vídeo e ao fazer isso, conscientemente ou não, ela tira a humanidade desse homem, deputado. Ele não existe na sociedade.

#### 4.3.2 Nessa seção, trago a sequência das professoras com relação à temática apresentada no vídeo poder ser discutida em sala de aula e que estratégias cada uma utilizaria

##### *Sequência 2 da professora Magali:*

Bom, a temática foi a questão do **preconceito**. Ela deve ser debatida. Ela tem que ser combatida, qualquer tipo de preconceito, qualquer que seja, **antes de tudo nós temos que ter o respeito, independente da cor, da religião, da vestimenta da pessoa**. Até do ponto de vista, né... que ela tenha sobre algo, principalmente, nesse mundo polarizado da política que estamos vivendo. **Agora com a questão sexual, de ideologia de gênero, sempre há de ter que ter o respeito**. Que estratégia eu utilizaria? Eu trabalharia com texto, com imagens que tivesse essa temática para que eu pudesse explorar o assunto com os alunos, tá bom?!

A professora Magali inicia a narrativa com ênfase na questão do **preconceito**. A professora não compreende como racismo ou discriminação racial. De acordo com Carneiro (1997), racismo é muito mais que apenas discriminação ou preconceito racial, é uma doutrina que afirma haver relação entre características raciais e culturais e que algumas raças são, por natureza, superiores a outras. As principais noções teóricas do racismo moderno derivam das ideias desenvolvidas por Arthur de Gobineau. O racismo deforma o sentido científico do conceito de raça, utilizando-o para caracterizar diferenças religiosas, linguísticas e culturais. A autora define discriminação racial como o tratamento desfavorável dado a uma pessoa ou grupo com base em características raciais ou étnicos. Por exemplo, impedir uma pessoa de assumir um emprego por não ser branca é um ato de discriminação. Ainda a autora define preconceito como o conceito ou opinião formados, antecipadamente, sem conhecimento dos fatos. É uma ideia preconcebida e

desfavorável a um grupo racial, étnico, religioso ou social. Implica aversão e ódio irracional contra outras raças, crenças, religiões, etc. Apresento esses conceitos porque ainda existe uma confusão na interpretação dos mesmos. Não vivemos numa democracia racial e ao se posicionar na linha 1, a professora demonstra a necessidade em discutir e fomentar o debate no espaço escolar sobre as questões raciais no espaço escolar. Traz outros elementos para seu discurso (linha 3) que reforçam a importância de ampliar o olhar para a diversidade e pluralidade existente em sala de aula. O outro não pode ser visto como diferente.

Quando a professora sugere trabalhar com imagens a temática (linhas 6 e 7), uma pergunta surge para a pesquisadora. Como será feita essa seleção de imagens? Qual a perspectiva será abordada, a da elite ou a dos excluídos? Ainda é possível observar nos meios de comunicação, *outdoors*, grafites, expressões populares, literatura, entre outros, a temática sendo apresentada ainda de maneira racializada. É importante que os educadores estejam atentos a isso e não reforcem o discurso da elite branca que tem dificuldade em abrir mão de seus privilégios.

#### *Sequência 2 da professora Capitu:*

Qual seria a minha estratégia? Eu passaria para os alunos, mas eu não o deixaria correr de forma integral. **Eu iria dando pausas, né.** Desde a hora da abordagem: “poderia me acompanhar, por favor!” E dá uma pausa, né. Iria fazendo perguntas à turma: “vai aparecer alguma coisa? Será que vai encontrar? Porque que essa pessoa foi abordada? Será que estava fazendo algo suspeito?” Né. **“Como que você imagina ser fisicamente essa pessoa abordada?”** A partir do vídeo claro, né. E dois questionamentos ali da reflexão, da discussão, né. Que esse que é o objetivo, né. Eu iria pedir para a turma que trouxesse no título notícias contemporâneas em que a existência desse crime que é o racismo, né. **Do crime racismo,** né. É claro! Ao chegar ao final, ao desfecho do vídeo que percebe que não havia nada ilícito e que se percebe a cor da pele da pessoa que foi abordada, né. **É dar toda uma vazão para uma discussão muito mais ampla, muito mais profunda a respeito do racismo, né. Do racismo estrutural, inclusive,** né. Como eu disse, anteriormente, né. **Que está ali transpirando praticamente na fala da mulher branca: “Ai que bom que tá tudo bem” (risos).** Que bom que tá tudo bem? Depois da pessoa passar por uma situação absurda daquela, né. Trazendo notícias contemporâneas que infelizmente não é difícil de encontrar, a gente encontra praticamente todos os dias, né. Isso que é noticiado fora os acontecimentos que não chegam ao jornal, né. Para que

se fizesse uma discussão a respeito, né. **Outra estratégia também de desenvoltura de atividades de letramento antirracistas seria análise de narrativas já consagradas, né.** Narrativas consagradas em que nas próprias letras, na nossa própria língua, representação da nossa ideologia, representação da nossa postura, representação da nossa visão de mundo, né. **Carrega muito do racismo, né.** Muito do racismo, né. Então, isso aí seria também uma abordagem que a gente fizesse bastante discussão a respeito, né. Para repensar muito de nossa postura, né. Compartilhar **um exemplo de uma atividade** que eu desenvolvi com eles que na verdade não chegou a ser uma atividade, especificamente, antirracista, né. Mas a nossa reflexão a respeito de uma narrativa já consagrada. Funcionou dessa forma: funcionou como um... é... vamos colocar assim como um *insight*. Tipo, nossa! Isso acontece! Mas ninguém sabe que isso acontece. Sim, sabe, mas parece que precisa que se comprove o tempo todo, o tempo todo, entendeu? Eu tava trabalhando **Monteiro Lobato** com a turma e eu falei de uma **narrativa infantil**, né. Que é o sítio do pica-pau amarelo. Então, a priori é algo inocente, né. É algo isento de qualquer racismo, né. De qualquer racismo... e aí eu fui só perguntando e questionando, né. Para ver se eles conseguiam alcançar isso, né. Se a turma conseguia alcançar como que é a construção ali, como que é a **construção familiar** ali, como que é a **construção social** do sítio do pica-pau amarelo. Tem a dona Benta, tem a tia Anastácia, tem Narizinho, tem Pedrinho, né. Qual é a primeira coisa que vem à mente de vocês quando eu falo **dona Benta: a cadeira de balanço**, ela sentada na cadeira de balanço. Qual a primeira coisa que vem à mente de vocês quando eu falo **tia Anastácia: o avental**... aí que a gente foi chegando nessa questão que se constrói no “tá tudo bem!”, né. Mas, “tá tudo bem!” para quem, né. Porque em muito da Narrativa, especialmente, na dos bolinhos de chuva que são muitos significativas que **são metafóricos**, né. Do carinho da avó, da representação e da construção que a gente tem no momento mais íntimo com a família em dia de chuva que você cozinha, né. Essa abordagem toda, essa **simbologia** toda e a **dona Benta** sempre recebeu, né. Esses elogios, né. Uma excelente avó porque inclusive oferece o bolinho de chuva porque faz o bolinho de chuva, né. Que tem aquele momento ali... só que assim, ela **nunca chegou na cozinha para fazer esse bendito bolinho de chuva**, né. Sempre quem fez o bolinho de chuva foi a tia Nastácia. Então, a **tia Nastácia ela é representada pelo avental**, né. **Em momento algum recebe algum crédito pelo que se faz, entendeu?** Como se você tivesse simplesmente fazendo uma **obrigação**, né. Obviamente você não precisa dar crédito, né. Ela existe ali para isso, né. Ela é o avental, ela é a cozinha, ela é o fogão, ela não é uma pessoa, né. **Ela é coisificada**. Então, até um aluno

meu virou e falou: “aí professora, você acabou com a minha infância” É acho que talvez esse seja objetivo, né. Não acabar com a infância, né. Mas acudir, sacudir, bagunça, né. Mas não é bem assim! Tem alguma coisa errada aqui, né. Aí tem uma discussão muito produtiva e muito interessante, né. **A própria farinha** não sei se tem a ver, mas foi o aluno que me chamou atenção para isso, né. Ele que comentou depois e eu não pesquisei a respeito, mas a própria farinha, né. **É a farinha dona Benta, né. Em momento nenhum é a farinha tia Nastácia, né.** Não entra essa questão, né. Isso é só um exemplo básico, né. Outras questões... questionamos muito em relação ao **Machado de Assis, ao escritor** Machado de Assis notoriamente brilhante óbvio, mas que nós tivemos exemplo uma situação em que precisávamos de uma pessoa que o representante para tirar uma foto do nosso café literário, né. E daí eu sugeria ao meu genro que pudesse fazer Machado de Assis só para tirar foto que a gente iria ampliar para colocar porque as fotos de Machado de Assis ela não teria uma impressão por causa da qualidade até porque **durante muito tempo ele foi embranquecido**, né. Aí o meu genro virou e falou assim: “eu não tenho como ser porque eu sou preto”. Quer dizer... aí chega outra questão de que ele não tinha nem conhecimento de que o **Machado de Assis é preto**, era preto, né. Então esse é só um dos exemplos em que costuma trabalhar em sala de aula. Então, assim caberia esse vídeo com certeza, né. **Depois traçar um paralelo com notícias contemporâneas**, né. Também em um outro momento fazer essa abordagem de narrativa já consagradas, entendeu? Em que carregam em si esses relativismos absurdos, né. Esses relativismos nos absurdos que é o racismo, **o racismo é absurdo, né.** Como eu vou dizer resolver um problema não é legal, então, seria simples dizer que o racismo não existe, né. Agora **resolver o absurdo histórico acho que é mostrar, é expor, frequentemente, isso que acontece. É expor na padaria, é no banco da praça, na sala de aula, numa conversa no pátio, na hora do intervalo, na sala dos professores, né. É você estar o tempo todo vigilante mesmo porque uma atitude antirracista é vigilante, né. Para que a gente possa realmente evoluir, né.** Tudo isso ser repensado e reparado, né. Embora, eu não acredite que seja possível uma reparação total. Não tem como, mas a vigilância ela se faz necessária!

A narrativa da professora Capitu é carregada de emoção e metáforas que nos ajudam a pensar a temática (linhas 9, 10 e 11) e a importância de se combater o racismo, principalmente, no espaço escolar e com a disciplina que leciona. Ao apresentar a experiência com a obra infantil *O Sítio do Pica Pau Amarelo*, de Monteiro Lobato, a

professora se posiciona contra o Racismo existente na história que comparece na construção das duas personagens emblemáticas: Dona Benta e Tia Anastácia. Apresenta o escritor, Monteiro Lobato, não como um autor infantil, despretensioso, mas com uma narrativa racista, eugenista<sup>11</sup>. Essa professora trabalha com o conceito de coisificação do outro e afirma a importância de estar sempre vigilante em todos os espaços. Chama bastante atenção o seu posicionamento quanto ao entendimento sobre o processo de invisibilização do negro e assume responsabilidade, enquanto professora, de romper com esse processo. Para além disso, traz o verbo evoluir (crescer em todos os sentidos) e assume o compromisso de se manter em movimento, de contribuir para a construção de uma sociedade mais equânime. Ao propor atividades focada na decolonialidade, ela provoca uma fissura, assim como propõe Walsh (2019, p. 105) “[...] minha aposta hoje em dia está em e por esperanças pequenas, ou seja, em por esses modos-muito-outros de pensar, saber, estar, ser, sentir, fazer e viver que são possíveis e, ademais, existem apesar do sistema, desafiando-o, transgredindo-o, fazendo-o fissurar”.

#### *Sequência 2 da professora Margarida:*

Usaria o vídeo com certeza em minhas aulas porque acho também necessário saber do ponto de vista de cada um acerca do fato. É bastante saudável ver essa diferença de opiniões e observações. **A leitura como prática social leva em consideração todos esses aspectos, faria com que eles observassem o contexto, a reação dos passageiros, a reação dos profissionais e do próprio deputado que procura se acalmar e comprovar o constrangimento pelo qual ele passa.**

Nessa narrativa, a professora Margarida inicia contextualizando a leitura como prática social (linha 3) e compreensão acerca da necessidade de ouvir a opinião do outro, o ponto de vista que pode ser diferente do seu.

#### *Sequência 2 da professora Márcia:*

---

<sup>11</sup> A palavra deriva do grego eu (bom) e *genesis* (geração). Pretensa ciência fundamentada nas ideias de Francis Galton, conhecido pela descoberta das impressões digitais. Galton defendia a necessidade de o Estado formular um plano com o objetivo de selecionar jovens aptos a procriar os mais capazes. Propunha a escolha de uma boa raça (a mais pura) ou do bom nascimento, chegando ao extremo de defender a esterilização de doentes, criminosos, judeus e ciganos. A eugenia incentivou experiências desse tipo no Terceiro Reich, que se propôs a elaborar um plano de purificação racial, marca do holocausto judeu.

As estratégias que, enquanto professora e educadora... eu usaria uma roda de conversa é preciso falar sobre isso! A roda de conversa dá a todos, **os olhos nos olhos**, a oportunidade de fazer a fala, assumir a fala, **se apropriar da fala**, encontrar com uma fala, porque, muitas vezes, as pessoas passam por essa situação e não reconhecem como o **racismo estrutural**. Não a reconhece como protagonista dessa situação que nós vamos repetir todos os dias, muitas vezes, as pessoas não percebem e aí as pessoas normatizam, **normalizam** vira senso comum.

A narrativa da professora Márcia inicia com uma proposição para uma roda de conversa. Essa proposta está baseada no seu fazer pedagógico, na necessidade de olhar nos olhos dos estudantes, prática diária que utiliza. Em suas aulas, a professora valoriza a escuta porque traz na memória momentos dolorosos em que não foi ouvida, acarinhada, sequer enxergada por suas professoras pelo simples fato de ser negra. Seu discurso é construído a partir do olhar de quem entende a importância de assumir e se apropriar da fala, que reconhece o protagonista tantas vezes negado à população negra, que não aceita a normalização de atitudes racistas e que sabe que é necessária firmeza para debelar os discursos de ódio que povoam as redes sociais, os espaços públicos, os transportes, a vida. Estar em roda, é estar aquilombada.

#### *Sequência 2 da professora Maria:*

A questão da sala de aula, eu poderia usar teria que pensar bem nas características da turma para que a discussão rendesse, e, provavelmente, fazendo uma atividade como esse vídeo pensando nessa questão de como a *internet* nos afeta em sala de aula. Eu começaria apresentando o vídeo iria começar do contrário. Primeiro pedir para que os alunos assistissem esses tipos de programas que tem nas televisões que tem tanto na aberta como fechada de aeroportos. Como o que você vê em vários lugares do mundo para que eles percebessem a diferença na abordagem em que foi feita, inclusive, de programas de aeroportos brasileiros poderia começar com essa situação. Uma outra forma de abordar seria ou complementando a primeira que eu falei, mas poderia fazer uma abordagem só o início do vídeo parava e pediria para os alunos observar o local onde eles estão e onde estão acontecendo a cena como se fosse uma cena de teatro, como não fosse um vídeo real. Onde está acontecendo a cena? Quem você acha que tá falando? É um passageiro, ou é um piloto, um repórter. Quem é a pessoa? Identificar o gênero da pessoa e daí para frente deixar o vídeo correr até o ponto um pouco antes da revelação a pessoa e quando

eu pedisse para eles falarem um pouco sobre a pessoa iria pedir depois para eles confirmasse que viriam que ele era um deputado que eles reformularam a sua abordagem a sua ideia inicial e depois que ele se revela, fisicamente, para ver se eles mantiveram a mesma ideia física, né. Da descrição física da pessoa.

Nessa narrativa, a professora Maria sugere iniciar a aula ao contrário (linha 4). Inverte a lógica que estamos acostumados, talvez como mecanismo para prender a atenção dos estudantes e, também, pegá-los de surpresa. Ela, mulher, negra, direciona, se posiciona, ao questionar os estudantes sobre a sequência de atividades do vídeo (linhas 6, 7 e 8). É preciso treinar o olhar já tão acostumado com as barbaridades, porque não podemos ignorar as sutilezas do racismo, mas ficar atento. Ao provocar os estudantes perguntando sobre o espaço, sobre quem está falando, a professora aguça a curiosidade deles e um debate sobre narrativas sofridas por eles pode ser enriquecedor e produtivo, inclusive com propostas para combater o racismo. Na linha 10, a professora sugere outra abordagem ao solicitar que os estudantes observem o espaço, o contexto e as pessoas envolvidas. Em nenhum momento ela faz referência a questão da cor da pele de quem está falando.

#### 4.3.3 Nessa seção, apresento a sequência das narrativas das professoras sobre a possibilidade de pensar práticas de letramentos a partir do vídeo

*Sequência 3 da professora Magali:*

Com certeza! **É um assunto que dá para a gente explorar bastante. Os olhos D'água da Conceição Evaristo, ali nós temos vários contos que fala sobre preconceito, racismo, violência, então, trabalhar sempre os contos ou crônicas que abordem esse tipo de assunto** e que a gente possa depois fazer primeiro uma leitura desde o conto, né. Depois da leitura **promover um debate entre alunos e promover depois da ação**, o que é viável e o que é possível. Sim! **Isso enriquece muito os alunos até porque do ponto de vista deles terão outras leituras acerca desse assunto**, né. Então, eu acho que vale sim e fica um Letramento para eles assim enriquecedor. Esse é meu ponto de vista

A narrativa da professora Magali inicia com uma sugestão de leitura de autoria negra (linha 1 e 2), um livro de contos de Conceição Evaristo que aborda temas importantes que nos atravessam diariamente. Magali menciona os gêneros conto e crônica

como ferramenta para sensibilizar os estudantes que, normalmente, não têm o hábito de leitura e questionam o número de páginas. A professora apresenta sua sequência didática, iniciando com a leitura e, posteriormente, promovendo um debate, o que ela chama de ação (linha 5). Termina fazendo uma afirmação quanto a importância da sequência citada para enriquecimento do estudante e como Letramento enriquecedor (linhas 7 e 8).

*Sequência 3 da professora Capitu:*

Ainda tenho  **muito, muito para aprender para trabalhar essas atividades de letramento antirracista o tempo todo para vivenciar e atuar nessa vigilância antirracista**, tenho muito que aprender, **mas estamos caminhando, estamos tentando, né. Eu tenho tentado, eu tô tentando, né.** Mas, ainda **tenho um percurso imenso pela frente, né. Até mesmo de cuidados com a fala, até com cuidados com a postura, eu preciso realmente evoluir, né. A gente só consegue isso se a gente se coloca com abertura para isso, né. Se a gente se coloca para isso, né. É o que eu como professora, como cidadã, como pessoa, né. Tenho procurado fazer.**

A professora Capitu inicia sua narrativa se posicionando quanto a necessidade e importância de aprender a trabalhar o letramento antirracista (linhas 1 e 2). Ela, professora, branca, compreende sua construção social e tem consciência que precisa se manter vigilante com relação ao racismo (linha 3). A fala no plural (linha 3) parece uma tentativa de estabelecer uma interação com a pesquisadora, afirmando que estamos caminhando, estamos tentando (linha 3). Sua preocupação com a fala, a postura (linha 5) indica uma preocupação com relação aos discursos diários onde prevalecem a desumanização do negro e o quanto somos responsáveis, enquanto professoras, em desconstruí-los. Importante reforçar a narrativa (linhas 6 e 7) sobre o seu papel, sobre estar aberta, sobre assumir uma postura ética quanto a (re)construção da identidade social de seus estudantes e a própria.

*Sequência 3 da professora Margarida:*

Evidentemente, **traria a discussão para a sala de aula. Será que se fosse um outro cidadão que se identifica como branco, nesse país, nascido nesse país, com a família toda brasileira, branco, tudo teria ocorrido deste modo? Os passageiros teriam a mesma reação de ficar calados? Não dizerem nada? Não questionarem nada?**



Acharem normal esse tipo de abordagem. Seriam as primeiras perguntas que eu faria acho muito interessante esse tipo de trabalho e bastante pertinente no contexto escolar.

A professora Margarida inicia sua narrativa apresentando elementos que provocam a reflexão. Cidadão, branco e com a família toda brasileira (linha 2). Nossa construção social é marcada pelo colonialismo, onde o branco representa a supremacia, a superioridade, como parâmetro para tudo e o negro é visto como cidadão inferior. É preciso pensar sobre a constituição da família brasileira onde “o negro não participou da formação social do Brasil só com seu trabalho, com seu sofrimento, ele participou também da mesa, da cama [...]” (Nascimento, 2016, p. 48), portanto, pensar numa sociedade branca pura, não condiz com a nossa realidade. A miscigenação é uma ferramenta utilizada para embranquecer a população brasileira de maneira a perpetuar a superioridade do branco.

*Sequência 3 da professora Márcia:*

**É preciso colocar nome nessas emoções, para colocar nome é preciso encontrar substantivos, adjetivos, falas, narrativas, textos e contextos que nos façam conviver com essa prática racista para poder impedir que ela se repita, no nosso meio, na nossa vida, no nosso cotidiano.** É claro que sim! Nós precisamos de um letramento do racismo cultural, do Racismo arraigado, **do racismo que está dentro de cada um de nós.**

A professora Márcia inicia sua narrativa falando sobre a importância de colocar nome nas emoções (linha 1). Sua narrativa é carregada de emoção porque essa temática atravessa sua vida por ser uma mulher negra que precisa se reconstruir, diariamente. Sua experiência no magistério, tanto particular quanto no público, justifica seu posicionamento certo quando o assunto é combater o racismo (linha 3).

Em nossas conversas pelos corredores, a professora Márcia sempre fala de uma estratégia que utiliza em sala de aula para que os estudantes compreendam onde estão, quem são e que projeto é pensado para eles. Ela desenha no quadro uma pirâmide e aponta com uma seta para a base e fala para a turma, maioria negra: “nós estamos aqui. Somos força de trabalho há séculos e precisamos mudar isso. Vocês precisam se apropriar dessa fala”. Durante nossas conversas, ela sempre se emociona porque sente na pele a dor de ser negra. Talvez, por esse pequeno detalhe, ela tenha sido sucinta e resumiu a narrativa em emoções.

*Sequência 3 da professora Maria:*

Essa abordagem, seria um ponto para começar uma discussão, **uma conversa sobre as nossas expectativas enquanto pessoas, indivíduos, e depois enquanto sociedade**. O que que a sociedade, o nosso grupo social e a **nossa sociedade** como um todo nos **colocam como modelos ou como referências e levar os alunos a começar a mudar o olhar para as posições que nós temos e as questões de representatividade** também porque nós vemos um deputado com determinadas características e não com outras. Nós precisamos parar para pensar letramento mesmo, na questão **dos multiletramentos**, nessa abordagem de **você ver, de aprender a ver, a ler o que a gente vê a entender a interpretar, a se apropriar das informações que nós recebemos, seja ela em qual meio for: o escrito, ou o falado, ou a internet, ou o vídeo**. Não é?! Eu acho que seria bom para mostrar a eles como a gente precisa **aprender a ler um pouco mais o nosso mundo**.

A professora Maria inicia sua narrativa falando sobre expectativas individuais e coletivas. Ela, mulher negra, compreende a dificuldade na mobilidade do negro na sociedade. Já confidenciou na sala dos professores uma infinidade de situações constrangedoras, principalmente, na época de estudante. Sabe o que significa não ser enxergada, vista, lida como gente (linha 4). A professora se posiciona ao afirmar a importância do Letramento, dos multiletramentos, possivelmente, porque entende que a linguagem é múltipla e acontece em todas as mídias e que precisamos de novas maneiras de ler e compreender o mundo. Além do texto escrito, temos imagem, som e movimentos. Sua afirmação só reforça o entendimento de Rojo quanto “a multiplicidade cultural das populações e a multiplicidade semiótica de constituições de textos por meio dos quais ela [sociedade] se informa e comunica (Rojo, 2012, p. 13).

As professoras Magali, Margarida e Márcia argumentam sobre a importância de se trabalhar com contos e crônicas com essa temática como meio de impedir que práticas como a do vídeo continuem a acontecer. A professora Capitu assume que ainda precisa aprender a trabalhar com letramento antirracista. Reforça a necessidade de estar vigilante e que procura ter cuidado com a fala, a postura porque sabe que carrega hábitos, vícios de linguagem que só agora percebe que são danosos e carregados de preconceito. A

professora Maria traz para a discussão o fato da sociedade ser racista, machista e só apresentar modelos, referências que não consideram o negro como gente, como produtor de conhecimento.

Com base nas narrativas apresentadas, é possível inferir que embora a questão racial seja uma temática importante, no qual, diariamente, pessoas negras são humilhadas, abordadas, constrangidas nos espaços que transitam, inclusive na escola, ainda não avançamos nessa discussão e as ações pedagógicas são insuficientes quando o assunto é o sequestro, o comércio e a escravização de corpos negros. Embora as narrativas apresentem um posicionamento ético, cabe ressaltar que as práticas de letramentos antirracistas precisam de acompanhamento, persistência e vigilância. E para além disso, muita resistência.

Todos nós temos histórias para contar e que são diferentes. Cada uma das narrativas apresentadas parte de uma perspectiva diferente. Como já pontuado, das cinco professoras entrevistadas, três são brancas e apenas uma tem na sua performance o compromisso de aprender mais sobre o letramento antirracista e da necessidade de se manter vigilante. As outras narrativas brancas, apontam um descontentamento, mas um questionamento tímido frente à questão racial. As outras duas metanarrativas, foram pontuais e acredito que por já terem vivenciado tantas situações de violência, forma mais comedidas com as palavras. As violências simbólicas já atravessaram seus corpos.

É de extrema importância que as pessoas brancas, as professoras, construam um repertório sobre as questões raciais no Brasil e assumam sua responsabilidade no próprio letramento racial e proponham ações afirmativas que saiam do campo das ideias e partam para ações pedagógicas que façam a diferença. Um caminho possível é estudar sobre branquitude, quem temos como referências, os padrões de beleza para podermos perceber os privilégios que os brancos ainda têm. Outra possibilidade é entender que o lugar de fala é de todos, mas foi o branco que inventou o racismo e, sendo assim, ele mesmo precisa buscar o seu letramento. É também importante, buscar referências negras para abordar questões raciais, ampliando seu olhar e se apropriando de experiências que desconhece.

A escola, como um dos espaços de produção de conhecimento, deveria ser um lugar de acolhimento, proteção e preservação de memórias. Quantos de nossos estudantes chegam à escola carregados de histórias de traumas, lembranças de vivências dolorosas com o racismo e relatam a suas professoras como são vistos como diferentes e que estão cansados da brancura ser a referência. Enquanto professoras precisamos desconstruir esse

olhar da diferença porque se queremos uma educação com justiça social, descolonizar o conhecimento é o caminho.

As professoras fazem uso da linguagem assumindo um lugar na sociedade e construindo sentidos cotidianamente “[...] que racializam, hierarquizam, exaltam, inferiorizam, conferem poder e interditam as pessoas” (Espíndola, 2022, p. 271) precisam estar atentas para não perpetuar o discurso do colonizador e causar a partir dele um dano que impacta trajetórias em construção. Refletir que ao assumirmos um posicionamento político, ético, determinamos quem deve ou não ocupar os espaços neste mundo.

Sendo o Brasil, um país que tem como base a escravização, a desumanização de pessoas negras, dos discursos que circulam nas redes sociais, como o vídeo assistido pelas professoras, materializa práticas sociais e é importante refletir nosso posicionamento, principalmente, as professoras brancas desta pesquisa, não porque nós, as professoras, criamos o racismo, mas porque entendemos nossa responsabilidade em combatê-lo e a necessidade em fortalecer a luta diária contra qualquer controle sobre os corpos negros.

[...] Pode-se falar de escravidão e depois retirar da consciência todos os seus efeitos reais e fazer de conta que somos continuação de uma sociedade não escravista. É como tornar secundário e invisível o que é principal e construir uma fantasia que servirá maravilhosamente não para conhecer o país e seus conflitos reais, mas sim para reproduzir todo tipo de privilégio escravista, ainda que sob condições modernas (Souza, 2019, p. 42).

Retomo a afirmação da professora Magali que utiliza em seu discurso o verbo ‘*destoar*’ e quando faz isso transfere, inconscientemente, a culpa pela revista aleatória ao deputado que foi colocado em uma situação constrangedora. Parece desconhecer a tentativa de desqualificar o deputado, homem negro, que vivencia o racismo diariamente. Esse corpo negro traz sentidos construídos de uma história violenta e sem prestígio.

Trago para a reflexão o conceito de indexicalidade cunhado por Silverstein (2003) para compreender os signos linguísticos e os recursos semióticos utilizados pelas professoras em seus discursos, deixando em evidência suas visões de mundo e seu posicionamento quanto às questões raciais. Ao usarem os signos *destoar*, normalizar, relativizar, considerar elas operam com a construção de sentido de que são signos para serem usados quando nos referimos às pessoas negras, o que denota a superioridade do homem branco desde o período colonial. Corroboram para essa construção social os signos infrator, aleatório, ilícito, suspeito, bandidos e anormal. Todos eles foram pensados com sentidos indexicais associados a naturalidade com que pessoas brancas enxergam as negras, ou como negam a existência de corpos negros. Como criar novos sentidos

indexicais que inverta a lógica da desumanização, da falta de prestígio, da negação e que promova traçar caminhos outros resistindo ao que foi reservado pela história?

[...] Atribuímos uma importância fundamental ao fenômeno da linguagem. É por esta razão que julgamos necessário este estudo, que pode nos fornecer um dos elementos de compreensão da dimensão para-o-outro do homem de cor. Uma vez que falar é existir absolutamente para o outro (Fanon, 2008, p. 33).

Entendendo que linguagem é ação e que somos responsáveis pelos discursos que produzimos, não podemos naturalizar a desumanização e inferiorização dos corpos negros e indígenas. Precisamos subverter essa lógica tão bem sedimentada do colonialismo e construir novas narrativas que legitimam a existência de corpos que não sejam brancos. Kilomba (2019, p.14) lembra “que a língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação teve como objetivo refletir sobre práticas pedagógicas que propiciem o devir-negro do mundo. Enquanto professora de Língua Portuguesa, acredito que os letramentos são ferramentas fundamentais para pensar o mundo a partir de epistemologias outras e combater o racismo que se reinventa, diariamente. Não se trata de desconsiderar as contribuições dos pensadores Europeus, mas de reconhecer a importância e a potência de pensadores que por tanto tempo tiveram suas produções de conhecimentos apagadas e silenciadas. É provocar um giro epistêmico, trazendo como referências pensadores que vão de encontro à hegemonia eurocentrada.

Subverter a lógica colonial que por séculos quis nos convencer de suas boas intenções, mas que só podemos compreender como resultado a desvalorização do humano, a negação da civilização, a coisificação. Compreendendo que a ideia de raça nega a humanidade do outro e que esse outro pode ser discriminado e explorado num processo que parece não ter fim, a escravidão – um modo de produção social –, que apesar de ter sido abolida, observamos, cotidianamente, episódios que remontam essa época tratados com naturalidade.

O conceito de raça foi construído ao longo da história como um marcador para categorizar, classificar e hierarquizar pessoas negras, desumanizando-as. Sendo esse corpo negro destituído de pensamento, na perspectiva ocidental, o que teria para oferecer além de sua força de trabalho? Esse conceito é uma construção social branca na modernidade europeia que vai determinar quem é humano e apagar todos os outros que não são, por isso a necessidade de destruir esse sujeito universal criado pela Europa.

Na História do Brasil a escravidão foi marcada pela desumanização numa dimensão ontológica, isto é, o corpo negro nasce escravo e permanece assim, uma marca indelével. Esse corpo precisava acreditar no seu não valor, na sua impossibilidade de ser gente, na permanente dimensão de subalternidade. Uma escravidão marcada pela superioridade branca que, ainda hoje, insiste em perpetuar um discurso racista, olhando o mundo sob a ótica racializada. Um caminho para reverter isso, é construir uma agência que tenha a África como centralidade para (re)pensar e (re)inventar o mundo.

Sendo o racismo, um constructo social que se origina do conceito de raça criado pela branquitude (entendida como sistema), é importante refletir e criar estratégias para enfrentá-lo, combatê-lo, diminuindo os privilégios e rompendo a lógica brancocêntrica.

Essa pesquisa aponta a necessidade de enxergarmos as potências e não naturalizarmos a subalternidade e ausência de corpos negros em espaços de poder. Portanto, entendo que sendo a escola um espaço de relações de poder, preciso seguir abordando questões raciais em sala de aula, tendo como ponto de partido o meu olhar, as minhas vivências, reconhecendo meus privilégios e tecendo caminhos para o devir-negro do mundo.

No levantamento de artigos feito entre os anos de 2016 e 2021, revistas *Qualis A* sobre a temática racial, tendo como palavras-chave: Lei n.º 10.639/03 (Brasil, 2003); Currículo; Formação docente; Relações étnico-raciais e Letramento, foi possível observar que apesar do avanço nas publicações com essa temática, ainda temos um longo caminho pela frente. Sendo o Brasil, um país com 56% da população negra, das 1.651 publicações, apenas 124 abordavam a temática. O que causa um estranhamento visto a pertinência e urgência em discutir, refletir e garantir a participação em todos os espaços. É preciso transgredir as experiências de dor, das ausências, transformando-as em potências.

Constatou-se que apesar da Lei n.º 10.639/03 (Brasil, 2003) ter completado 20 anos, ainda encontramos dificuldades em sua implementação nas práticas pedagógicas, construídas com criticidade, compreendendo a importância da formação ética e humana no espaço escolar e pensadas no coletivo. O não cumprimento da lei na integralidade, de certa forma, autoriza um discurso violento e racista que atravessa os corpos dos estudantes não só no espaço escolar, mas também em espaços extramuros.

Para desconstruir o discurso racista, é preciso reivindicar um novembro de celebração de potências negras. Cabe a gestão escolar, a toda equipe docente a responsabilidade de pensar projetos e executá-los ao longo do ano. Uma maneira inteligente de implementar da lei n.º 11.645/08 (Brasil, 2008) é convidar profissionais negros para jornadas, eventos, encontros na escola para ministrarem cursos, apresentarem suas produções, narrarem suas histórias, compartilharem vitórias, exaltarem toda potência que sempre existiu.

O levantamento realizado nas revistas constatou a importância de se discutir e (re)pensar o Brasil, construir políticas de igualdade racial e social e garantir direitos para a população negra. É de entendimento que o racismo é estrutural e que precisa ser combatido se queremos superá-lo. Por isso, é um desafio pensar uma educação que respeite as diversidades, os contextos e promova uma formação docente constante. E mais ainda, é mister pensar em material didático e paradidático que o estudante se veja representado, não em situação de pobreza, marginalização, sofrimento. Mas, como produtores de conhecimento, médicos, engenheiros, dentistas, arquitetos. Ele precisa se

enxergar ocupando esses espaços. A política ações afirmativas e cotas, é um horizonte desenhado para o negro. É necessário pensar que a luta não é apenas para a produção de caminhos para os negros, mas também para os quilombolas, pcds, indígenas, outras experiências de saberes (mesmo que essa dissertação tenha como recorte o negro).

Entendendo o racismo como uma construção social eurocêntrica, torna-se necessário retroceder no tempo para compreender nossa formação e reconhecer as marcas do colonialismo presentes ainda hoje. Observar não como meros espectadores, mas pesquisadores que entendem a necessidade de uma análise mais profunda e crítica sobre a colonização violenta que deixou marcas difíceis de serem apagadas. É inegável que a colonização desumanizou, desprezou e violentou não só o indígena, mas também o negro, trazido escravizado do continente africano. Corpos que foram explorados e tidos como não humanos e, por não ter o estatuto de humano, podiam ser descartados, exterminados.

Essa construção (racismo) tinha o conceito de raça associado ao biológico para justificar as relações de dominação entre colonizador e colonizado. Como um país ‘*recém-descoberto*’, os europeus acreditavam ter o direito de determinar quem tinha ou não humanidade. Portanto, um conceito para dominar e destruir o outro. Esse constructo biológico, científico dá lugar para o constructo social, que alimenta o racismo e o reinventa.

A destituição do outro só foi possível porque de um lado tinha a igreja afirmando que pessoas negras não eram humanas porque não tinham alma, do outro, a ciência dizia que as pessoas negras não tinham desenvolvimento humano (não podia ser chamada de gente) e a filosofia que vai apontar caminhos da inexistência de humanidade em corpos negros. Esse tripé destituiu os corpos negros de humanidade. Essa desumanização foi ideal para o capitalismo que se beneficiou com a escravidão, visto que o trabalho escravo não era remunerado e isso gerava um acúmulo de riqueza. O negro nunca vai ser aquele que produziu o conhecimento de si para si, mas um ser para servir outros, para produzir o conhecimento do outro, o ser que vai ser produzido para a morte, nunca um igual.

Quatro séculos depois, as marcas do colonialismo permanecem, e é urgente resgatar a humanidade perdida nos tempos da colonização, entendendo que a humanidade começa em África, que não deve ser representada como pobre, selvagem ou associada a ideia do negro como escravo. Esse olhar do colonizador precisa ser desconstruído, passando o negro ao *status* de ser humano. Esse novo olhar é o que Mbembe (2022) propõe com o devir-negro do mundo. Um olhar que tenha como ponto de partida a experiência negra, rompendo com a ideia do sujeito universal desenvolvida na Europa.



Esse jogo de olhar de visibilidade e invisibilidade que é central numa sociedade racista e racializada como a brasileira.

Pensando nesse olhar, os letramentos como práticas sociais de linguagem são uma ferramenta que ajuda o estudante a construir sua identidade com criticidade. Essas práticas pretendem combater as desigualdades sociais e colaborar para a formação de sujeitos plurais. Essa perspectiva resgata e reivindica as histórias dos grupos que foram silenciados. Os letramentos possibilitam (re)pensar e (re)inventar o mundo para tentar entender por que o Brasil, um país constituído por 56% da população negra, não conseguiu destruir o racismo. Possivelmente, é porque não conseguiu romper com a eurocentrismo, apesar das constantes denúncias de episódios de racismo nas redes sociais. Ou porque optamos por reafirmar o passado colonial.

Os letramentos na perspectiva do devir-negro são ferramentas para pensar o mundo para além das raças, da restituição, da reparação, da aceitação do diferente, da partilha. Um mundo sem as marcas da violência colonial – utopia? Talvez. O desafio é superar a ideia escravista, combater e destruir o racismo, projetando uma modernidade distinta da que temos hoje. Mbembe apresenta duas teses. A primeira é a que todo discurso moderno ocidental sobre o homem é fundado no racismo, perspectiva que subtrai uma parte da humanidade porque nega a ela a humanidade do negro. A segunda é de que raça é uma categoria inventado com efeito devastador. Ele afirma que o delírio da modernidade é o estatuto de não existência do negro (o vazio de humanidade) e nem aqueles que inventaram esse nome (negro) vão querer usar esse nome ou ser tratado como negro. Mbembe nos provoca a pensar sobre a definição de negro para que possamos construir outro sentido de humanismo, pensando na pluralidade de mundos.

Acredito que os letramentos são ferramentas importantes, mas que precisam vir associados ao letramento racial. A partir deste, podemos propor uma desconstrução da história desumanizada do período colonial. Entendendo o processo de escravização violento do negro, pensar de que maneira podemos reverter, significativamente, a reinvenção do racismo. Letrar-se é entender o processo que explorou corpos negros e as consequências para o mundo moderno, compreender que o branco não é o sujeito universal e que, portanto, não pode determinar quem é ou não humano. Para além disso, os letramentos reforçam a obrigatoriedade no currículo oficial da História e Cultura Afro-Brasileira, a lei n.º 10.639/03 (Brasil, 2003) que completou 20 anos, mas que ainda encontra dificuldade em sua implementação.

Os letramentos do devir também proporcionam a construção de um caminho tendo epistemologias outras que retornam ao berço da humanidade, África. Esse retorno traz a ideia do tempo não como algo linear, lógico, estabelecido pela ideia ocidental. Mas, como um espiral já que a vida está sempre em constante movimento e somos tocados em vários lugares. O tempo nos penetra e nos mantém em movimento.

O devir é a possibilidade de (re)pensar e (re)inventar o mundo com as lentes dos colonizados, com a centralidade em África, desvinculando a ideia de raça articulado ao negro e retirando-o o lugar de subalternidade, de exclusão e de mercadoria. A ideia de raça e, conseqüentemente, o racismo permanecem hoje como mecanismo de controle dos corpos negros. O devir tem como modelo as experiências africanas e Mbembe (2022) faz uma convocação a todos que acreditam na impossibilidade de um corpo ser tirado ou tombado pela morte por ser negro. É mister construir caminhos para frear esse genocídio que acontece, diariamente, e, compreender, definitivamente, que o negro não pode estar associado aos conceitos de raça e escravo, não cabe a negação da humanidade desse corpo. A ideia do devir é pensar o mundo para além das raças, superando o racismo estrutural porque nenhum corpo pode ser descartado, inclusive o negro.

O devir é um desafio num mundo globalizado que ainda não superou a ideia da escravidão. Pensar uma sociedade mais justa e inclusiva requer pensar letramentos, práticas pedagógicas que trabalhem as potências negras, que reivindiquem as memórias e narrativas que tentaram silenciar por tantos séculos. O devir provoca um giro epistêmico, um movimento de resistência e uma abertura de mundo. Será que estamos preparados para enfrentar as violências coloniais, os traumas, e partilhar com os que sempre foram rejeitados o mundo que está em construção? Estamos dispostos a romper com a violência, controle e seleção, deixadas pelo colonialismo?

Entendendo o devir-negro do mundo como uma ruptura, uma utopia, um desejo de abolição, essa pesquisa buscou analisar como cinco professoras de Língua Portuguesa e de Literaturas, Ensino Médio, de uma unidade escolar no município de São Gonçalo – Rio de Janeiro, pensam suas práticas de letramento, os enfrentamentos cotidianos e compreendem por letramento racial e por devir-negro – as possibilidades de efabular do corpo negro. As narrativas foram abordadas por um enfoque socioconstrucionista (Moita Lopes, 2003) que entende que toda prática discursiva tem um contexto social e é construída tendo o entrevistado e o entrevistador imbricados nesse processo.

O vídeo encaminhado às professoras, via *whatsapp*, apresentava um episódio de racismo sofrido pelo parlamentar Renato Freitas, deputado do Paraná, que foi abordado

*‘aleatoriamente’* no aeroporto para a revista dos pertences pessoais. O vídeo viralizou com comentários de apoio ao parlamentar, mas como o racismo se reinventa, esse mesmo parlamentar, dois meses depois desse episódio, foi escolhido *‘aleatoriamente’* para a revista. Dentre tantos passageiros, apenas o deputado foi ‘escolhido’ nos faz pensar que o colonialismo está presente porque a colonialidade sobrevive porque é um padrão da subalternidade – a do poder, do saber e do ser, por isso o devir é tão importante.

A análise das narrativas mostrou o quanto a questão racial precisa ser abordada e discutida no espaço escolar. Pensar práticas pedagógicas, coletivamente, que discutam o racismo e como combatê-lo é responsabilidade de todos. Como abordar as ausências de representatividade negra nos livros didáticos e uma representatividade negativa do corpo negro numa perspectiva de miséria, marginalização? Como pensar em abertura de mundo, Ter uma agência africana de diáspora ou indígena, isto é, uma centralidade em outra maneira de ser e estar no mundo é um caminho a ser pensado e construído apontando para potencialidades e epistemologias outras.

Embora as narrativas tenham apresentado um posicionamento ético, mostrou, também, a necessidade do letramento racial para ajudar na construção de ações pedagógicas, de práticas sociais que não reproduzam a ótica ocidental, mas que resgatem nossa humanidade, que apresentem perspectivas que reforcem a importância da diversidade, entendendo que a pluralidade nos impulsiona para um futuro com mais justiça social. Compreender que existem muitas formas de existir no mundo, aprender com as diferenças e aceitá-las. A escola não pode, não deve produzir estigmas. Ela precisa celebrar a vida, a existência humana porque precisamos ter consciência histórica. Precisamos construir políticas que combatam as heranças coloniais e a escola é uma das principais arenas.

Enquanto professora, carrego comigo o compromisso de construir um currículo pautado nos conceitos apresentados nessa dissertação, propiciando uma eclosão, uma abertura de mundo porque acredito na necessidade de produzir futuro para meus estudantes, principalmente os negros. Para mim, não basta apenas afirmar as diferenças, mas entender que elas são produtos de um dispositivo racial que afirma a inferioridade, a negação e eliminação do outro. Esse discurso precisa ser reconhecido por restituição, reparação e justiça. As relações de desigualdades estão presentes em nossa sociedade e é essencial reconstruir a ideia de humanidade que seja capaz de absorver o diverso. Assim como Mbembe, pensar numa abertura de mundo que não pertença a UM único grupo, mas a todos. Construir um projeto de mundo tendo como ponto de partida não os mesmos

lugares de enunciação, mas lugares que trabalhem com a ideia de emancipação, de liberdade, de abolição.

“Eu tenho medo de não ser aceito na sociedade, pois muitas vezes um negro criado em favela não é aceito em muitos lugares, onde passa todo mundo fica olhando, seguranças ficam toda hora olhando, querendo ou não têm pessoas que acham brincadeira o que a gente fala. Muitas vezes também nós temos medo até de falar isso. O único jeito dessas pessoas pararem com isso é aceitarem que um negro também é um ser humano, age igual a todos” (M, 2023)

Finalizo essa dissertação com a produção textual de um estudante potente da escola pesquisada. Espero que nós educadores possamos lutar por uma sociedade verdadeiramente democrática e comprometida em ampliar sua concepção de justiça e responsabilidade, enterrando o colonialismo e as marcas deixadas por ele, rompendo com o ciclo infernal (Mbembe) de dominação que ainda nos assombra. Que essa produção nos faça refletir sobre a importância dos letramentos como ferramenta para combater à violência colonial, as subjetivas, os traumas e o racismo, pois pertencemos e partilhamos o mundo, somos serem em comum.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, C. Inerseccionalidade. São Paulo. Editora Jandaíra. São Paulo, 2018.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Feminismos Plurais, Letramento, 2018.

BASTOS, Liliana Cabral; BIAR, Liana de Andrade. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. D. E. L.T. A. especial, (97-126), 2015

BENTO, C. O pacto da branquitude. 1 edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BLOMMAERT, Jan. Discourse: A Critical Introduction. Cambridge University Press, 2005.

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 10 de março de 2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, 10 de março de 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acesso em: 29 de setembro de 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 5 de outubro de 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 29 de setembro de 2020.

BRASIL. **Lei n. 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 27 de julho de 2023.

BUTLER, J. Corpos em aliança e políticas das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CARNEIRO, M. L. T. O Racismo na História do Brasil: Mito e realidade. 5ª edição, São Paulo: Editora Ática, 1997

CEREJA, William Roberto. Português: linguagens – volume único. São Paulo: Atual, 2003.

CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. Lisboa: Editora Sá da Costa. 1ª edição, 1987.

EVARISTO, Conceição. Becos da memória. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Ubu Editora. 2020.

FERREIRA, A. de J. Letramento Racial Crítico Através de Narrativas Autobiográficas: Com atividades Reflexivas. Ponta Grossa, Pr: Editora Estúdio Texto, 2015.

FOUCAULT, M. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. Medo e Ousadia: o cotidiano do professor. 13. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011

GOMES, N. L.; JESUS, R. E. de. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. Educar em Revista, Curitiba, n. 47, p. 19-33, 2013.

GONZALEZ, Lélia. De Palmares às escolas de samba, estamos aí. Mulherio, São Paulo, ano II, n. 5, p. 3, jan/fev. Disponível em: [www.fcc.org.br](http://www.fcc.org.br) 1982

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Soeciedade Estado. Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, Abril

HOOKS, B. Linguagem; ensinar novas paisagens/novas linguagens. Trad. Joana Plaza Pinto, Carliane Gonçalves e Paula de Almeida Silva. Estudos Feministas 16 (3): 424, 2008.

HOOKS, B. Ensinando a transgredir. A educação como prática da liberdade. Martins Fontes, 2017.

HOOKS, B. Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática. Tradução: Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020.

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação: episódios de Racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019

KLEIMAN, A. B. Os significados do Letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. Discursos de identidade: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça e profissão na escola e na família. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003

LOPES, A. C.; SILVA, D. do N. e. Todos nós somos de fronteira: ideologias linguísticas e a construção de uma pedagogia translíngua. Linguagem em (Dis)curso - LemD, Tubarão: SC, v. 18, n. 3, p. 695-713, 2018.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Orgs.) *El giro decolonial*. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del Capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

MARTINS, Leda Maria. Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela. 1ª edição. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021

MATUTE, Sharun Gonzales. Raça, Gênero e Poder: As experiências das mulheres afro-peruanas como representantes no congresso. Teses e Dissertações de Pós-Graduação da Universidade do Sul da Flórida. Março, 2020

MBEMBE, A. Necropolítica. 1ª edição. São Paulo: n-1 edições, 2021.

MBEMBE, A. Crítica da razão negra. 2ª edição. São Paulo: n-1 edições, 2022.

MELO, Glenda Cristina Valim de. JESUS, Dánie Marcelo. Linguística aplicada, raça e interseccionalidade na contemporaneidade. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Mórulo, 2022.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Cadernos de Letras da UFF 34, p. 287-324, 2008.

MOITA LOPES, L. P. da & ROJO, R. H. R. Linguagens, códigos e suas tecnologias, in BRASIL/MEC/SEB/DPEM. Orientações curriculares de ensino médio. Brasília, DF: MEC/SEB/DPEM, 2004

MOITA LOPES, L. P. da. Identidades fragmentadas. A construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas: Mercado de Letras. 2002

MOITA LOPES, L. P. da. Pesquisa interpretativista em Linguística Aplicada: a linguagem como condição e solução. D.E.L.T.A.; v. 10, n. 2, 1994.

MOITA LOPES, L. P. da. Oficina de linguística aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas. Campinas: Mercado de Letras. (Coleção Letramento, Educação e Sociedade) 192p, 1996.

MOORE, Carlos. A África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro. Belo Horizonte: Nadyala, 2008.

MUNANGA, Kabenguele. Negritude e identidade negra ou Afrodescendente: um racismo ao avesso? Revista da ABPN. Rio de Janeiro. V. 4, n. 8, julho-out, 2016

NASCIMENTO, Abdias. O genecídio do negro brasileiro; processo de um Racismo mascarado. 3ª edição – São Paulo: Perspectivas, 2016

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. Como ser um educador antirracista. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). A Colonialidade do Saber; Eurocentrismo e Ciências Sociais. Trad. Júlio César Casarin Barroso Silva. 3ª edição. Buenos Aires: CLASCO, 2005



ROJO, Roxane. Letramentos múltiplos, escola e inclusão social. São Paulo: Parábola Editorial, 2009

ROJO, Roxane Helena R.; MOURA Eduardo. Multiletramentos na escola São Paulo: Parábola Editorial, 2012

SILVA, Tomas Tadeu da. Pedagogia da exclusão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995

SILVERSTEIN, M. Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life. *Language&Communication*, v. 23, p. 193-329, 2003

SOUZA, A. L. S. Letramentos de Reexistência: poesia, grafite, música, dança, hip-hop. São Paulo, Parábola, 2011.

SOUZA, J. A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

STREET, B. V. Letramentos sociais: abordagens críticas do Letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Trad.: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

WALSH, Catherine. Gritos, gretas e sementeiras de vida: entretences do pedagógico e do colonial. *Entre-Linhas: Educação, Fenomenologia e Insurgência Popular. Série Entre-Linhas Vol. 6*, S. Ribeiro Mota y L. Costa Santos (Coords.). Salvador, Brasil: EDUFBA, 2019

## **ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE): Professores**

**Título da Pesquisa:** *O devir como desafio em sala de aula: a representatividade negra nas práticas de Letramentos.*

**Pesquisadora Responsável:** Maria José Pires Simão.

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, do projeto de pesquisa *O devir no mundo: práticas de letramentos pensadas a partir da experiência negra de responsabilidade da pesquisadora Maria José Pires Simão.*

Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após compreender as informações a seguir, caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao pesquisador responsável. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

### **Declaro ter explicitado os seguintes pontos:**

1. O trabalho tem por propósitos compreender, do ponto de vista dos professores da área de linguagens, especificamente os de Língua Portuguesa, sobre a (im)possibilidade de pensar práticas de letramentos descomprometidas politicamente; quais estratégias podem ser utilizadas para transgredir o currículo eurocêntrico; a possibilidade de pensar ações pedagógicas antirracistas; e quais os possíveis impactos observáveis das práticas de letramentos antirracistas nos alunos.
2. A sua participação nesta pesquisa consistirá em participar de conversas presencialmente, individuais ou em grupos sobre práticas de letramentos antirracistas.
3. A coleta de dados será por meio do registro das narrativas e análise dos enunciados gerados por meio da conversa que será realizada a análise das informações obtidas para a construção dos apontamentos sobre a pesquisa.
4. Em caso de concordância na participação dessa pesquisa, o presente documento permite concordar ou não em participar e a qualquer momento optar por sua permanência ou desistência na pesquisa.
5. Não haverá nenhuma despesa ao participar da pesquisa e você poderá deixar de participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerá nenhum prejuízo.

6. Você está sendo informado e está ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por sua participação, no entanto, caso tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, será ressarcido pela pesquisadora responsável.
7. Seu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, caso assim se manifeste e se desejar terá livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queira saber antes, durante e depois da sua participação.
8. Informamos que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados poderão ser publicados.
9. Os dados obtidos nesta pesquisa permanecerão, por, pelo menos, cinco anos, após o término da pesquisa, em preservação de sigilo.
10. Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com Maria José Pires Simão, pesquisadora responsável pelo estudo, pelo telefone: 21 996915435, ou pelo e-mail: [mjpsimao@yahoo.com.br](mailto:mjpsimao@yahoo.com.br).

São Gonçalo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

Eu, \_\_\_\_\_, documento de identificação \_\_\_\_\_, tendo sido explicitado acerca de todas as informações quanto ao estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

---

Assinatura do participante/responsável por obter o consentimento

## **ANEXO B – Termo de Autorização**

Ilma. Sr<sup>a</sup> Dilma Lopes Senna

Diretora do Colégio Estadual Santos Dias,

Venho por meio desta, solicitar a autorização para realizar uma pesquisa de campo junto aos professores do Ensino Médio, em horário acordado com eles. Esta pesquisa se trata do tema *O devir para além da cor da pele: práticas de letramentos que abalam certezas e ampliam sentidos* e tem como objetivo investigar como os professores da área de linguagens (Língua Portuguesa e Literaturas) elaboram suas práticas de letramentos antirracistas e como colaborem para a construção de um projeto de educação que tenha como base a justiça social.

A participação será voluntária e ocorrerá após a assinatura do Termos de Autorização e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As informações coletadas serão utilizadas, exclusivamente, para fins de pesquisa e será permitida a retirada do consentimento e assentimento a qualquer momento da pesquisa sem prejuízo ao participante.

Agradeço, antecipadamente, a compreensão e aguardo deferimento.

**Mestranda /Pesquisadora:** Maria José Pires Simão

**E-mail:** [mjpsimao@yahoo.com.br](mailto:mjpsimao@yahoo.com.br)

Eu, Dilma Lopes Senna, autorizo a realização da pesquisa no Colégio Estadual Santos Dias.

São Gonçalo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

---

Diretora Geral

Rua Marechal Floriano Peixoto, s/n - Neves, São Gonçalo - RJ, 24425-470.

## ANEXO C – Carta-convite

CONVITE PARA UMA CONVERSA SOBRE


**O devir para além da cor da pele:**  
**práticas de letramentos que abalam certezas e ampliam sentidos**

Projeto de pesquisa de responsabilidade de Maria José Pires Simão. Os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa. Seu nome será mantido em sigilo.

Segue um vídeo para sua apreciação. Após assisti-lo, reflita sobre as seguintes questões:

1. Quais são suas impressões do vídeo?
2. A temática apresentada nele pode ser discutida em sala de aula?  
Que estratégias você utilizaria?
3. É possível pensar práticas de letramentos a partir dele?

Muito obrigada!



EM TEMPOS DE GREVE...

1

Figura x. Carta-convite.

Fonte: a autora, 2023.

### Para a leitura acessível:

#### **Convite para uma conversa sobre**

**O devir para além da cor da pele:**

**práticas de letramentos que abalam certezas e ampliam sentidos**

Projeto de pesquisa de responsabilidade de Maria José Pires Simão. Os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa. Seu nome será mantido em sigilo.

Segue um vídeo para sua apreciação. Após assisti-lo, reflita sobre as seguintes questões:

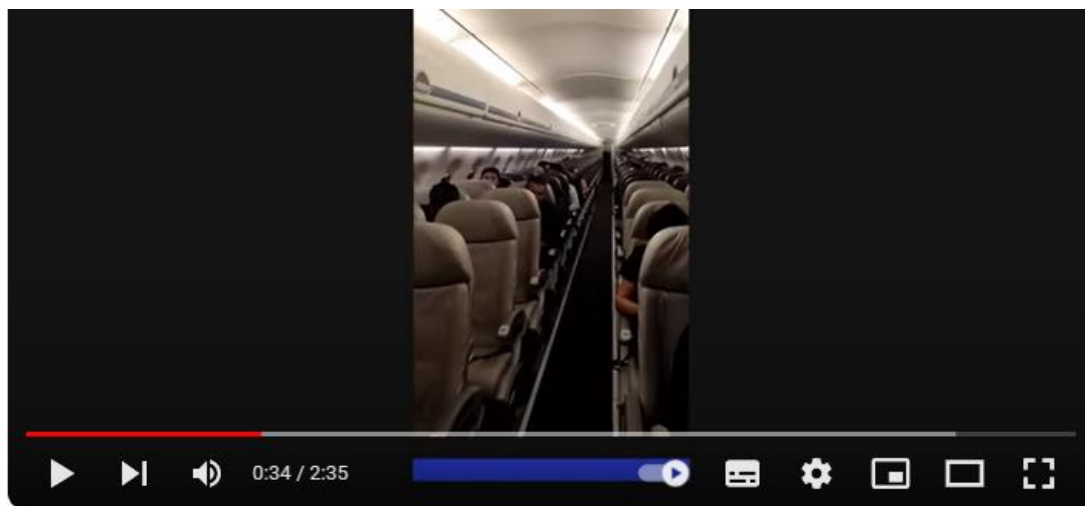
1. Quais são suas impressões do vídeo?
2. A temática apresentada nele pode ser discutida em sala de aula?  
Que estratégias você utilizaria?
3. É possível pensar práticas de letramentos a partir dele?

Muito obrigada!

**ANEXO D – Vídeo problematizador: Deputado Renato Freitas é retirado de avião e revistado, e acusa a Polícia Federal de racismo**

*Link para o vídeo:*

<https://youtu.be/Ldrcy7tWILU?si=e6n8BetmWZ6uSC1U>



Deputado Renato Freitas é retirado de avião e revistado, e acusa PF de racismo; vídeo mostra ação

Figura x. Vídeo problematizador  
Fonte: a autora, 2023.

## ANEXO E - As transcrições

<b>Primeira conversa</b>	
<b>Magali</b> <b>51 anos</b> <b>16 anos de</b> <b>magistério</b> <b>Graduação:</b> <b>Letras</b> <b>Pós-Graduação</b>	<p>Oi, Maria, boa noite! Tudo bem? Então, vamos lá, pergunta número 1: Quais são suas impressões do vídeo? Nós ali temos recortes, né. Nós não temos o vídeo na íntegra, então, o que me parece é que aquela pessoa que se identificou como deputado no vídeo que está sendo revistado destoava dos demais passageiros. Então, por isso que eles usaram essa forma educada e polida que ele foi escolhido “aleatoriamente”. Por ele estar “destoando”. Não digo nem pela cor, tá! Acho que foi mais pelo cabelo e pela vestimenta dele, porque quando ele volta para o acento quando ele vai filmando tem uma pessoa com muito mais pele escura, porém bem mais vestido do que ele. Então, a minha impressão foi essa, tá! Porque ele estava “destoando” dos outros passageiros.</p>
	<p>Vamos lá, segunda a temática apresentada nele pode ser discutido em sala de aula? Sim! E deve! Que estratégia você utilizaria? Bom a temática foi a questão do preconceito. Ela deve ser debatida. Ela tem que ser combatida, qualquer tipo de preconceito, qualquer ele que seja, antes de tudo nós temos que ter o respeito, independente da cor, da religião, da vestimenta da pessoa. Até do ponto de vista, né... que ela tenha sobre algo, principalmente, nesse mundo polarizado da política que estamos vivendo. Agora com questão sexual, de ideologia de gênero, sempre há de ter que ter o respeito. Que estratégia eu utilizaria? Eu trabalharia com texto, com imagens que tivesse essa temática para que eu pudesse explorar o assunto com os alunos, tá bom?!</p>
	<p>Terceira: É possível pensar práticas de Letramento a partir de dele? Sim! Com certeza! É um assunto que dá para a gente explorar bastante. Os olhos D'água da Conceição Evaristo, ali nós temos vários contos que fala sobre preconceito, Racismo, violência, então, trabalhar sempre os contos ou crônicas que abordem esse tipo de assunto e que a gente possa depois fazer primeiro uma leitura desde</p>

	o conto, né. Depois da leitura promover um debate entre alunos e promover depois da ação, o que é viável e o que é possível. Sim! Isso enriquece muito os alunos até porque do ponto de vista deles terão outras leituras acerca desse assunto, né. Então, eu acho que vale sim e fica um Letramento para eles assim enriquecedor. Esse é meu ponto de vista. Um beijo tchau.
--	---

Segunda conversa	
<b>Capitu</b> <b>48 anos</b> <b>25 anos de</b> <b>magistério</b> <b>Graduação:</b> <b>Letras:</b> <b>Português/Literatura</b> <b>- Unipli</b> <b>Ciências da</b> <b>Educação – Grupo</b> <b>Lusófono</b>	<p>Bom, darei início a minha contribuição sobre o devir além da cor da pele sobre Silas Santos Nunes docente da rede estadual e municipal de ensino. Iniciarei pelas minhas impressões iniciais do vídeo. Desde o começo foi construído e conduzido uma ótica. Estamos diante de um infrator: abre mochila, revista pessoal, por favor! Me acompanhar de tal forma que parece iminente a descoberta de algo ilícito. Assim se dá toda a construção social. Nossa ótica é conduzida a própria palavra “aleatório”, parece normalizar o absurdo! O que que é aleatório? Um tiro é aleatório? A bala perdida aleatória? Acabamos por relativizar o absurdo, mesmo que a pessoa só apareça explicitamente no final do vídeo. Eu não consigo imaginar que a abordagem se desse dessa forma com uma pessoa de pele branca. “Ah que bom que tá tudo bem!” Bem para quem? Né. A fala da mulher branca transpira o Racismo Estrutural. “Não liga não!” E com isso a gente vai relativizando o absurdo, né. Acho que cabe e cabe muito, né. É esse vídeo para desenvolver atividades de Letramento antirracial, antirracistas, né. Qual seria a minha estratégia? Eu passaria para os alunos, mas eu não o deixaria correr de forma integral. Eu iria dando pausas, né. Desde a hora da abordagem: “poderia me acompanhar, por favor!” E dá uma pausa, né. Iria fazendo perguntas a turma: “vai aparecer alguma coisa? Será que vai encontrar? Porque que essa pessoa</p>



	<p>foi abordada? Será que estava fazendo algo suspeito?” Né. “Como que você imagina ser fisicamente essa pessoa abordada?” A partir do vídeo claro, né. E dois questionamentos ali da reflexão, da discussão, né. Que esse que é o objetivo, né. Eu iria pedir para a turma que trouxesse no título notícias contemporâneas em que a existência desse crime que é o Racismo, né. Do crime Racismo, né.</p>
	<p>É claro! Ao chegar ao final, ao desfecho do vídeo que percebe que não havia nada ilícito e que se percebe a cor da pele da pessoa que foi abordada, né. É dar toda uma vazão para uma discussão muito mais ampla, muito mais profunda a respeito do Racismo, né. Do Racismo Estrutural, inclusive, né. Como eu disse, anteriormente, né. Que está ali transpirando praticamente na fala da mulher branca: “Ai que bom que tá tudo bem” (risos). Que bom que tá tudo bem? Depois da pessoa passar por uma situação absurda daquela, né. Trazendo notícias contemporâneas que infelizmente não é difícil de encontrar, a gente encontra praticamente todos os dias, né. Isso que é noticiado fora os acontecimentos que não chegam ao jornal, né. Para que se fizesse uma discussão a respeito, né. Outra estratégia também de desenvoltura de atividades de Letramento Antirracistas seria análise de Narrativas já consagradas, né. Narrativas consagradas em que nas próprias letras, na nossa própria língua, representação da nossa ideologia, representação da nossa postura, representação da nossa visão de mundo, né. Carrega muito do Racismo, né. Muito do Racismo, né. Então, isso aí seria também uma abordagem que a gente fizesse bastante discussão a respeito, né. Para repensar muito de nossa postura, né. Compartilhar um exemplo de uma atividade que eu desenvolvi com eles que na verdade não chegou a ser uma atividade, especificamente, antirracista, né. Mas a nossa reflexão a respeito de uma Narrativa já consagrada. Funcionou dessa forma: funcionou</p>

	<p>como um... é... vamos colocar assim como um <i>insight</i>. Tipo, nossa! Isso acontece! Mas ninguém sabe que isso acontece. Sim, sabe, mas parece que precisa que se comprove o tempo todo, o tempo todo entendeu? Eu tava trabalhando Monteiro Lobato com a turma e eu falei de uma Narrativa infantil, né. Que é o sítio do pica-pau amarelo. Então, a priori é algo inocente, né. É algo isento de qualquer Racismo, né. De qualquer Racismo... e aí eu fui só perguntando questionando, né. Para ver se eles conseguiam alcançar isso, né. Se a turma conseguia alcançar como que é a construção ali, como que é a construção familiar ali, como que é a construção social do sítio do pica-pau amarelo. Tem a dona Benta, tem a tia Anastácia, tem Narizinho, tem Pedrinho, né. Qual é a primeira coisa que vem à mente de vocês quando eu falo dona Benta: a cadeira de balanço, ela sentada na cadeira de balanço. Qual a primeira coisa que vem à mente de vocês quando eu falo tia Anastácia: o avental... aí que a gente foi chegando nessa questão que se constrói no “tá tudo bem!”, né. Mas, “tá tudo bem!” para quem, né. Porque em muito da Narrativa, especialmente, na dos bolinhos de chuva que são muitos significativas que são metafóricos, né. Do carinho da avó, da representação e da construção que a gente tem no momento mais íntimo com a família em dia de chuva que você cozinha, né. Essa abordagem toda, essa simbologia toda e a dona Benta sempre recebeu, né. Esses elogios, né. Uma excelente avó porque inclusive oferece o bolinho de chuva porque faz o bolinho de chuva, né. Que tem aquele momento ali... só que assim, ela nunca chegou na cozinha para fazer esse bendito bolinho de chuva, né. Sempre quem fez o bolinho de chuva foi a tia Nastácia. Então, a tia Nastácia ela é representada pelo avental, né. Em momento algum recebe algum crédito pelo que se faz entendeu? Como se você tivesse simplesmente fazendo uma obrigação, né. Obviamente você não precisa dar</p>
--	--

	<p>crédito, né. Ela existe ali para isso, né. Ela é o avental, ela é a cozinha, ela é o fogão, ela não é uma pessoa, né. Ela é coisificada. Então, até um aluno meu virou e falou: “aí professora, você acabou com a minha infância” É acho que talvez esse seja objetivo, né. Não acabar com a infância, né. Mas acudir, sacudir, bagunça, né. Mas não é bem assim! Tem alguma coisa errada aqui, né. Aí tem uma discussão muito produtiva e muito interessante, né. A própria farinha não sei se tem a ver, mas foi o aluno que me chamou atenção para isso, né. Ele que comentou depois e eu não pesquisei a respeito, mas a própria farinha, né. É a farinha dona Benta, né. Em momento nenhum é a farinha tia Nastácia, né. Não entra essa questão, né. Isso é só um exemplo básico, né. Outras questões... questionamos muito em relação ao Machado de Assis ao escritor Machado de Assis notoriamente brilhante óbvio, mas que nós tivemos exemplo uma situação em que precisávamos de uma pessoa que o representante para tirar uma foto do nosso café literário, né. E daí eu sugeria ao meu genro que pudesse fazer Machado de Assis só para tirar foto que a gente iria ampliar para colocar porque as fotos de Machado de Assis ela não teria uma impressão por causa da qualidade até porque durante muito tempo ele foi embranquecido, né. Aí o meu genro virou e falou assim: “eu não tenho como ser porque eu sou preto”. Quer dizer... aí chega outra questão de que ele não tinha nem conhecimento de que o Machado de Assis é preto, era preto, né. Então esse é só um dos exemplos em que costuma trabalhar em sala de aula. Então, assim caberia esse vídeo com certeza, né. Depois traçar um paralelo com notícias contemporâneas, né. Também em um outro momento fazer essa abordagem de Narrativa já consagradas entendeu? Em que carregam em si esses relativismos absurdos, né. Esses relativismos nos absurdos que é o Racismo, o Racismo é absurdo, né. Como eu vou dizer</p>
--	---

	<p>resolver um problema não é legal, então, seria simples dizer que o Racismo não existe, né. Agora resolver o absurdo histórico acho que é mostrar, é expor, frequentemente, isso que acontece. É expor na padaria, é no banco da praça, na sala de aula, numa conversa no pátio, na hora do intervalo, na sala dos professores, né. É você estar o tempo todo vigilante mesmo porque uma atitude antirracista é vigilante, né. Para que a gente possa realmente evoluir, né. Tudo isso ser repensado e reparado, né. Embora, eu não acredite que seja possível uma reparação total. Não tem como, mas a vigilância ela se faz necessária! Realmente, espero ter contribuído; ainda tenho muito, muito para aprender para trabalhar essas atividades de Letramento Antirracista o tempo todo para vivenciar e atuar nessa vigilância antirracista, tenho muito que aprender, mas estamos caminhando, estamos tentando, né. Eu tenho tentado, eu tô tentando, né. Mas, ainda tenho um percurso imenso pela frente, né. Até mesmo de cuidados com a fala, até com cuidados com a postura, eu preciso realmente evoluir, né. A gente só consegue isso se a gente se coloca com abertura para isso, né. Se a gente se coloca para isso, né. É o que eu como professora, como cidadã, como pessoa, né. Tenho procurado fazer.</p>
--	---

Terceira conversa	
<p><b>Margarida</b> <b>61 anos</b> <b>39 anos de</b> <b>magistério</b> <b>Graduação:</b> <b>Letras</b> <b>Doutorado -</b> <b>Letras</b></p>	<p>Boa tarde, foi com muita tristeza, infelizmente! Não surpresa que eu assisti ao conteúdo do vídeo sobre a infeliz ocorrência do voo da Azul com o deputado Renato Freire. Tristeza porque é um absurdo! Nós estamos em 2023 e ainda é possível observar esse tipo de comportamento hipócrita, racista e preconceituoso. Como brasileira que sou e tenho origem nas minhas raízes... Eu não vejo como ainda pode existir esse tipo de postura, tristeza maior eu sinto de ver a reação das pessoas, dos passageiros com expressões do tipo: Graças</p>

	<p>a Deus, tá tudo bem! Isso é normal, não! Isso não é normal! Se olharmos a parte técnica, a postura dos profissionais está totalmente equivocada. Essa abordagem deveria ter sido feita antes a repetição da palavra aleatório... aleatório. Esse é um processo aleatório demonstra todo despreparo dessas pessoas que se dizem profissionais. Se o passageiro passou e entrou no avião o que aconteceu antes? Será que se fosse uma outra pessoa isso teria acontecido? É o que eu questiono não foi aleatório... aleatório, mas foi com afrodescendente e isso não me causa estranheza e daí a tristeza. Por que fatos como esse se tornar o corriqueiro? Já deveriam ter sido punidos com maior energia, mas isso não acontece ele se repete e as pessoas continuam achando normal. É totalmente anormal, vergonhoso e vexatório.</p>
	<p>Usaria o vídeo com certeza em minhas aulas porque acho também necessário saber do ponto de vista de cada um acerca do fato. É bastante saudável ver essa diferença de opiniões e observações. A leitura como prática social leva em consideração todos esses aspectos, faria com que eles observassem o contexto, a reação dos passageiros, a reação dos profissionais e do próprio deputado que procura se acalmar e comprovar o constrangimento pelo qual ele passa.</p>
	<p>Evidentemente, traria a discussão para a sala de aula. Será que se fosse um outro cidadão que se identifica como Branco, nesse país, nascido nesse país, com a família toda brasileira, branco, tudo teria ocorrido deste modo? Os passageiros teriam a mesma reação de ficar calados? Não dizerem nada? Não questionarem nada? Acharem normal esse tipo de abordagem. Seriam as primeiras perguntas que eu faria acho muito interessante esse tipo de trabalho e bastante pertinente no contexto escolar.</p>

<b>Quarta conversa</b>	
<b>Márcia</b> <b>59 anos</b> <b>34 anos de</b> <b>magistério</b> <b>Graduação:</b> <b>Pedagogia</b> <b>Pós-</b> <b>Graduação:</b> <b>Psicopedagogia</b>	<p>O de vir para além da cor da pele. Ao assistir o vídeo, revisei cenas que cotidianamente são repetidas por este Brasil afora, em todos os lugares, em todas as situações. Fica claro que o Racismo cultural infiltrado em todas as situações cotidianas deste país são de entristecer. Seja no transporte público, seja nos álbuns de reconhecimento de bandidos. A pele preta é alvo pode e deve ser discutida em sala de aula. É assim que nós vamos combater o Racismo cultural com consciência de quem vive, de quem passa por isso, de quem observa isso, de quem está vivendo isso todos os dias. Seja como espectador, seja como protagonista dessa situação. As estratégias que enquanto professora e educadora... eu usaria uma roda de conversa é preciso falar sobre isso! A roda de conversa dá a todos, os olhos nos olhos, a oportunidade de fazer a fala, assumir a fala, se apropriar da fala, encontrar com uma fala, porque, muitas vezes, as pessoas passam por essa situação e não reconhecem como o Racismo Estrutural. Não a reconhece como protagonista dessa situação que nós vamos repetir todos os dias, muitas vezes, as pessoas não percebem e aí as pessoas normatizam, normalizam vira senso comum. É possível pensar em práticas de Letramento sim! É preciso colocar nome nessas emoções, para colocar nome é preciso encontrar substantivos, adjetivos, falas, Narrativas, textos e contextos que nos façam conviver com essa prática racista para poder impedir que ela se repita, no nosso meio, na nossa vida, no nosso cotidiano. É claro que sim! Nós precisamos de um Letramento do Racismo cultural, do Racismo arraigado, do Racismo que está dentro de cada um de nós.</p>

<b>Quinta conversa</b>	
<b>Maria</b> <b>61 anos</b>	<p>Poxa! Achei o vídeo bem interessante mesmo dá pano pra manga, cachecol, gravata, dá para roupa inteira, né. Porque você pensa numa situação que é absurda, né. Mesmo quando a gente vê aqueles</p>

<b>38 anos de magistério Graduação: Letras Mestrado interdisciplinar em Linguística Aplicada (UFRJ)</b>	<p>programas como de aeroporto, raramente, as polícias interrompem um voo porque interromperiam um voo, né? Pararia um voo para revistar um passageiro. O que que tem esse passageiro demais? E aí você vê depois que é um deputado e ver as características físicas do deputado e aí a coisa fica meio esquisita, né. Vem toda uma estrutura sócio política envolvida para ser discutida com os alunos ou com qualquer outra pessoa, não precisa, necessariamente, ser um aluno tá! Uma situação que nós temos vivido muito frequentemente da nossa sociedade.</p>
	<p>A questão da sala de aula, eu poderia usar teria que pensar bem nas características da turma para que a discussão rendesse, e, provavelmente, fazendo uma atividade como esse vídeo pensando nessa questão de que como a <i>internet</i> nos afeta em sala de aula. Eu começaria apresentando o vídeo iria começar do contrário. Primeiro pedir para que os alunos assistissem esses tipos de programas que tem nas televisões que tem tanto na aberta como fechada de aeroportos. Como o que você vê em vários lugares do mundo para que eles percebessem a diferença na abordagem em que foi feita, inclusive, de programas de aeroportos brasileiros poderia começar com essa situação.</p>
	<p>Uma outra forma de abordar seria ou complementando a primeira que eu falei, mas poderia fazer uma abordagem só o início do vídeo parava e pediria para os alunos observar o local onde eles estão e onde estão acontecendo a cena como se fosse uma cena de teatro, como não fosse um vídeo real. Onde está acontecendo a cena? Quem você acha que tá falando? É um passageiro, ou é um piloto, um repórter. Quem é a pessoa? Identificar o gênero da pessoa e daí para frente deixar o vídeo correr até o ponto um pouco antes da revelação a pessoa e quando eu pedisse para eles falarem um pouco sobre a pessoa iria pedir depois para eles confirmasse que viriam que ele era um deputado que eles reformulassem a sua abordagem a sua ideia inicial e depois que ele se revela, fisicamente, para ver</p>

	se eles mantiveram a mesma ideia física, né. Da descrição física da pessoa.
	Essa abordagem, seria um ponto para começar uma discussão, uma conversa sobre as nossas expectativas enquanto pessoas, indivíduos, e depois enquanto sociedade. O que que a sociedade, o nosso grupo social e a nossa sociedade como um todo nos colocam como modelos ou como referências e levar os alunos a começar a mudar o olhar para as posições que nós temos e as questões de representatividade também porque nós vemos um deputado com determinadas características e não com outras. Nós precisamos parar para pensar Letramento mesmo, na questão dos multiletramentos, nessa abordagem de você ver, de aprender a ver, a ler o que a gente vê a entender a interpretar, a se apropriar das informações que nós recebemos, seja ela em qual meio for: o escrito, ou o falado, ou a <i>internet</i> , ou o vídeo. Não é?! Eu acho que seria bom para mostrar a eles como a gente precisa aprender a ler um pouco mais o nosso mundo.
	Meu nome é Rita Chagas. Eu sou professora do Estado, sou professora universitária também e trabalho com línguas Língua Portuguesa e Língua Inglesa e trabalho tanto na questão dos Letramentos de vídeos como as leituras interpessoais. Sou mestre linguística aplicada.